**CIDADES, FRONTEIRAS E POPULAÇÃO TRADICIONAL: A CONSTRUÇÃO
DA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS TOCANTINENSE E
GOIANO**

Proposta apresentada ao MCTI/CNPq/MEC/Capes, Edital Ação Transversal nº
06/2011 – “Casadinho”

Área – Geografia

Proponente Programa de Pós-Graduação Não Consolidado:

Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, nível mestrado,
Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional

Coordenação Geral: ROBERTO DE SOUZA SANTOS

Vice-coordenação: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Programa de Pós-Graduação Consolidado:

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Programa de Pós Graduação em
Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)

Outubro de 2011

SUMARIO

CIDADES, FRONTEIRAS E POPULAÇÃO TRADICIONAL: A CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS TOCANTINENSE E GOIANO

I – APRESENTAÇÃO.....

II. PROJETOS DE PESQUISA

A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA REGIÃO NORDESTE DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIO-TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.

1. Apresentação
2. Introdução
3. Qualificação do problema e conceitos teóricos
4. Objetivos e metas
5. Objetivos gerais
6. Metodologia
7. Principais Contribuições Científicas
8. Bibliografia Básica

9. DA TERRA DE NEGÓCIO À TERRA DE TRABALHO: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO PROGRESSO, PEQUIZEIRO – TO

1. Problema Da Pesquisa
2. Objetivo Geral
3. Objetivos Específicos
4. Justificativa
5. Fundamentação Teórica
6. Metodologia
7. Referências Bibliográficas

3. O USO DO SOLO NO PARQUE NACIONAL INDÍGENA DA ILHA DO BANANAL: UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO KARAJÁ

1. Problema da pesquisa
2. Objetivos
3. Justificativa
4. Fundamentação Teórica
5. Metodologia
6. Referências Bibliográficas

4. TERRAS INDÍGENAS: TERRITÓRIO, CULTURA E ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS

1. Justificativa
2. Área de estudo
3. Objetivos específicos
4. Problematização
5. Metodologia
6. Referência Bibliográfica

5 BIOTECNOLOGIAS, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA ORGÂNICA: IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE DO CERRADO E NOS SABERES LOCAIS

1. Justificativa
2. Área de pesquisa
3. Objetivos específicos
4. Problematização
5. Metodologia
6. Referência Bibliográfica

6. SUJEITOS NÃO DESEJADOS NO ESPAÇO PLANEJADO: DESLIZAMENTOS DE SENTIDOS NAS CAPITALS DO CERRADO – GOIÂNIA, BRASÍLIA E PALMAS

1. Introdução
2. Objetivo Geral
3. Objetivos Específicos
4. Referencial teórico e bibliográfico
5. Metodologia
6. Principais questões
7. Referências bibliográficas

III. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARTICIPANTES

1. Programas
2. Informações dos grupos de pesquisa participantes
3. Infra-Estrutura das Instituições Participantes

IV- OBJETIVOS GERAIS

V - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO CASADINHO

VI. RESULTADOS ESPERADOS

VII. PLANO DE ATIVIDADES

Quadro 01 Cronograma

IX ORÇAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO

- a) Orçamento do curso de Pós-Graduação Em Geografia Da Universidade
Federal De Tocantins

QUADRO 02 Bolsas Para Estudo/Pesquisa

QUADRO 03 Seminário Temático

- Quadro 04 Material Permanente
- Quadro 05 Diárias Para Viagens De Campo
- Quadro 06 Publicação De Livro
- Quadro 07 Combustível
- Quadro 08 Valor total dos custos financeiro do projeto de pesquisa do Programa De Pós-Graduação Em Geografia-UFT De Porto Nacional - TO
- Quadro 09 Orçamento Do Curso De Pós-Graduação Em Geografia Da Universidade Federal De Goiás
- Quadro 10 Valor total do projeto de pesquisa do Programa De Pós-Graduação Em Geografia Da UFFG – Goiânia - GO

I- APRESENTAÇÃO

O projeto “**CIDADES, FRONTEIRAS E POPULAÇÃO TRADICIONAL: A CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS TOCANTINENSE E GOIANO**” é uma propugnação conjunta de um grupo de professores do programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional e do programa de Pós-graduação de Geografia, da Universidade Federal de Goiás.

O exercício da parceria é proposta com o objetivo de estimular, entre os dois grupos de profissionais, uma interpretação geográfica do mundo da fronteira, notadamente, sobre o ímpeto das transformações capitalistas modernas que alteram os quadros urbanos, demográficos, impactando de maneira diferenciada o rico acervo socioespacial da população tradicional dos territórios em questão.

Outrossim, é pretensão da proposta estreitar as balizas teóricas, empíricas e metodológicas que investigam o território. A experiência de criação de uma abordagem territorial do Cerrado e a leitura totalizante de Goiás e do Centro-Oeste, bem como as pesquisas feitas sobre população tradicional pelos profissionais do programa consolidado da geografia de Goiânia, contribuirá para que os profissionais do programa de geografia da UFT- Porto Nacional, com o seu programa recém-criado, sejam capazes de gerar lumes teóricos próprios, estimulando a produção, a pesquisa e aproveitando as experiências do programa consolidado.

Cabe evidenciar que a solidez do programa de geografia da instituição consolidada mostra um vigor geográfico não apenas pelos 10 (dez) laboratórios da instituição, pelas revistas, pelos intercâmbios internacionais, pelos grupos de pesquisas e de estudos, mas pela consistência teórica e metodológica dos trabalhos realizados pelos professores que compõem o projeto.

Os temas, os grupos de pesquisa e os projetos coordenados pelos professores da UFG, bem como os produtos que têm gerado em livros, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutoramentos, bancos de dados, atlas digitais, simpósios, seminários, darão a oportunidade de, primeiramente, efetivar

um entrelaçamento de informações internas, criando condições para sintetizar o material produzido, e, posteriormente, de averiguar o que foi enfrentado e o que desafia, atualmente, o pensamento de pesquisa geográfico.

Considera-se que de repente a geografia brasileira, num processo de profunda horizontalidade, além de povoar quase todas as universidades de todas as regiões, vem se afirmando como um saber que ganha força no campo da pesquisa da realidade territorial, da criação de novas interpretações das diferentes e múltiplas escalas espaciais e, especialmente, na parceria com movimentos sociais e organizações.

A solidez da produção geográfica, a nosso ver, não é feita sem contribuições, parcerias e acertos de equipes com propósitos semelhantes, uma vez que o amadurecimento da pesquisa geográfica coloca, atualmente, grandes questões abertas pelo Movimento de Renovação Crítica numa esfera de maiores possibilidades de interpretar os problemas do mundo sem a ortodoxia daquele período e sem o desvario que o seguiu posteriormente no que foi alcunhado de “pensamento pós-moderno” ou culturalismo de mercado.

A instabilidade econômica em nível mundial e a conseqüente dificuldade de os lugares em se contrapor ao modelo mundial; a ferocidade do modelo de acumulação manietada por técnicas e tecnologias cada vez mais evoluídas aumentado a produtividade e criando, igualmente, grandes problemas ambientais; o alargamento do divisão internacional do trabalho imputado a concentração de capitais das grandes corporações e o aumento da desigualdade social; a concentração da população em constelações urbanas, macrocefalias, regiões metropolitanas, cinturões urbanos e o adoecimento do sujeito urbano por meio de estresse, medo, ansiedade, depressão etc; a elaboração de estratégias de marketing territorial e urbano e a precarização da vida pública; o incremento das redes de informação e a desterritorialização global do trabalho juntamente com o desemprego estrutural são problemas que advém de um conflito: a sociedade contemporânea lança os seus conflitos no território e ao atravessá-lo de suas contradições o coloca como componente central para a resistência, para a existência e para as transformações sociais. Os chamados territórios de fronteiras, como é o caso do goiano e do tocantinense são exemplos desses novos vetores.

Todavia, o diálogo fecundo entre pesquisadores do LABOTER – Laboratório de Estudos e pesquisas em dinâmicas territoriais, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás; a interlocução com pesquisadores nacionais como Bernardo Mançano, Marcos Saquet, Marcelo Rodrigues Mendonça, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Dimas Peixinho, Valéria de Marcos e tantos outros; os trabalhos de pesquisas com parceria com a França; as orientações de pesquisadores do Timor Leste e de Moçambique e, especialmente, o rebuliço acadêmico suscitado pelo programa de Pós-graduação em Geografia – IESA/UFG têm gerado condições para a elaboração de uma abordagem do Cerrado goiano imersa no jogo da economia mundial.

Ao cabo desse diálogo, motivado pelos parceiros e desafiado pelo que ocorre no território cerradoeiro nas últimas três décadas, essa análise que denominamos de ABORDAGEM TERRITORIAL DO CERRADO pode contribuir para analisar as cidades, a fronteira e a população tradicional de Tocantins.

Por essa via de abordagem, a ordem de ações, relações e desdobramentos ou impactos que instauram, de fato, uma “reinvenção da fronteira”, conta com vários quesitos de diferentes ordens: a participação do Estado nacional, dos governos e das elites locais pactuando-se com o capital internacional; a localização centralizada no país e a importância das fronteiras como norte do país se servindo de zona de passagem para a colonização amazônica; a relação entre solo e relevo em determinados lugares facilitando a atividade mecânica; a sua rica potencialidade hídrica e hidrográfica que serve água para a moderna economia etc.

A inserção da fronteira na economia internacional, a um só tempo, substituindo a economia de subsistência baseada no regime Fazenda e roça para o da monocultura de soja e de pastagem, impacta os componentes antrópicos, culturais e simbólicos, assim como os saberes, os sabores e os modos de vida da população tradicional.

Um autor muito referendado na leitura integrada do território é Raffestin (1993). Ele ensina que o território é um espaço em que se projeta a ação do trabalho, isto é, formas de energia e informação que expressam e testemunha relações marcadas pelo poder. A explicação torna-se mais esclarecida: quando os atores se apropriam de um espaço, concreta ou abstratamente, os diferentes sujeitos sociais “territorializam” o espaço.

Esses atores, por sua vez, são lastreados no mundo objetivo em que se situam: o Estado e as empresas, no logro da modernidade capitalista, se constituem como instituições produtoras de territórios, especialmente a partir do século XX. Especialmente o Estado possui um grande papel: gerar possibilidades para a reprodução do capital.

Subsídios, projetos, programas, acertos, pactos ou o que chamam de políticas públicas e também ideologias e imaginários desenvolvidos pelo Estado permitem que se instaurem uma lógica hegemônica na fronteira, um modelo de economia ou de desenvolvimento como se fosse o único possível.

Haesbaert (1997, p.44), ao avaliar a importância do Estado e esclarece que ele não atua só bem ao modo como Mendonça (2004) aprecia a reesistência dos povos cerradeiros, destaca que “o mundo moderno das territorialidades contínuas regidas pelo princípio da exclusividade (cada Estado com seu espaço e suas fronteiras bem delimitadas frente ao território do outro)” faz elo com múltiplas territorialidades que, em cada lugar ou região, estabelece ações em conformidade com intenções e possibilidades de atores e do espaço.

Cabe, pois, perguntar: que tipos de pactos, dissidências e redirecionamentos ocorre, atualmente, no território da fronteira. Melo (2005) avalia que as lógicas da economia globalizada dão novos sentidos ao espaço, alterando o seu conteúdo, e criando diferentes formas e arranjos espaciais.

O marketing, a publicidade, a propaganda emprestam uma linguagem que transformam os programas e os modelos em ideologias. Assim, como as novas técnicas possibilitam maior produtividade acelerando o tempo do que antes era dominado pelo tempo lento. Resulta disso um espaço mais instável, complexo e contraditório: o tempo rápido se contrai e transborda ao mesmo tempo. Ou seja, insere alguns atores em sua lógica direta exigindo mais ação; e exime outros, levando-os a proclamarem ou a resistência ou à linhas de fuga do processo.

Para sintetizar o nível e o impacto desse tipo de territorialização e ação de resistências das territorialidades, o nosso método certifica que deve se compreender que o processo de modernização não é total em todos os lugares. Sendo assim, outros modelos de produção resistem, adaptam-se, convertem ou pactuam com a modernização. Embora há outros modelos, a hegemonia é da modernização do território. Dessa feita, a hibridação de tempos, os conflitos

sociais e a diferenciação espacial marcam o estatuto territorial do Território da fronteira em seus diferentes lugares.

Deve-se salientar que nas últimas décadas o que ocorreu com algumas regiões de Goiás e Minas Gerais, inicialmente, vêm ocorrendo com outros Estados e regiões. Especialmente Tocantins, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul os conflitos entre a territorialização do capital em nível global e as territorialidades locais dão sinais de fortes impactos.

O mesmo tem ocorrido com faixas das regiões Sudeste e Sul em direção ao Norte incluindo Rondônia. O processo chega com ênfase no Oeste Baiano por meio de planos e programas que envolvem a criação de cidades novas e modernas, como exemplo o projeto de Treviso-Ba.

Diante disso, um projeto de intercâmbio desse porte cumpre um importante papel no sentido de dar oportunidade para criar, inicialmente, o estado da arte do que tem feito; sintetizar em dados e informações os produtos realizados; definir novas pautas de trabalhos; organizar as demandas internas; intercambiar informações com profissionais de excelência; apreender e desenvolver novas metodologias de pesquisa; gerar consistência na articulação entre os pesquisadores internos e externos. Criar uma rede interregional de trabalho consistente, efetiva e aberta à novos atores e novas modalidades espaciais.

Os projetos que serão apresentados a seguir mostram a diversidade rica do grupo e também testemunham as possibilidades de unificação. Esse é o motivo crucial para contribuir na consolidação do intercâmbio via casadinho

II - PROJETOS DE PESQUISA

1 - A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA REGIÃO NORDESTE DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIO-TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

APRESENTAÇÃO

Esse projeto de pesquisa tem como principal objetivo analisar as transformações sócio-territoriais na região nordeste do Tocantins, mais especificamente nos municípios de: Pedro Afonso, Bom Jesus, Santa Maria, Itacajá, Tupiratins, Itapiratins, Centenário, Recursolandia, Campos Lindos, Goiatins, Palmeirante e Barra do Ouro, em função de um processo de modernização da agricultura já bem presente na região, sendo que a principal atividade agrícola desenvolvida é a plantação da soja. Sabendo que a cultura da soja carrega uma complexidade de novas tecnologias, provocando o fenômeno das transformações das relações tradicionais, levando para uma modernização dessas relações, que a denominaremos de transformações sócio-territoriais. Esse conceito compreende as discussões teórico-metodológicas a respeito das mudanças das relações de capital-trabalho e produção, acarretando em uma nova inserção da região na lógica do capital internacional. Com os resultados das atividades teóricas e de campo pretende-se primeiramente, entender e compreender as relações produzidas no espaço, em detrimento do processo de investimentos de políticas públicas e capitais privados que estão transformando as “feições territoriais” urbanas e agrárias na região. Em segundo lugar, propõe-se a construção de referenciais teóricos sobre o processo de modernização de fronteiras agrícolas no Tocantins, com intuito de subsidiar de forma teórico-metodológica a outras pesquisas de áreas ou afins.

Introdução

O processo de modernização na agricultura tem acentuado as transformações sócio-territoriais do espaço agrário por todo o país, no entanto, esse é um processo que atualmente se desenvolve mais nas regiões consideradas como fronteiras agrícolas, especificamente nos estados que formam a Amazônia Legal.

No estado do Tocantins, a mais nova redivisão territorial na Amazônia, as fronteiras agrícolas e a modernização da agricultura são temas presente na mídia, nas propagandas públicas do estado e dos municípios, transformando, assim numa espécie de discurso hegemônico em todos os programas de desenvolvimento regionais do estado. A região Norte Goiano, o atual estado do Tocantins, passou por momentos descontínuos de políticas públicas de desenvolvimento, estabelecendo no território uma espécie de modernização conservadora, isto é, áreas com fortes sinais do uso de novas técnicas agrícolas e áreas de extremo “atraso”, servindo apenas a uma insipiente agricultura circunscrita de subsistência.

A colônia agrícola de Goiás (CANG) instalada em 1940 na atual cidade Ceres-GO e a abertura da Belém-Brasília no final da década de cinquenta (1958) são as primeiras entradas de uma nova política desenvolvimentista para as terras do norte, porém, essas políticas caracterizaram-se como desenvolvimento tardio, apenas no final da década de setenta, com a implantação de uma grande Projeto de agricultura irrigada na atual cidade de Formoso do Araguaia-TO, situada na Microrregião de Gurupi (IBGE), é que se tem resultado efetivo de um investimento público da mesma proporção das anteriores. O Projeto Rio Formoso se constituiu como o maior projeto agrícola (arroz irrigado) da América Latina, acolheu migrações do sul do país transformou as relações de trabalho da região, porém, não conseguiu o desenvolvimento esperado. Inserir definitivamente a agricultura do centro do país na lógica do mercado internacional e, agora estar em crise.

Com a criação do estado do Tocantins, pela constituição de 1988, o espaço agrário sofre profundas transformações. Principalmente do ponto de vista de políticas públicas, dirigida ao setor, como resultado de grandes empréstimos

nacionais (BNDES) e internacionais de origem Nipo/Americanos. Só para exemplificar “o governador Ciqueira Campos em sua segunda viagem ao Japão trouxe em sua bagagem um navio cheio de máquinas onde a maioria absoluta da carga era de tratores agrícolas” (LIRA, 2003).

Nessa lógica de inserção da produção agrícola regional ao sistema de *comodities* internacionais foi instalando no município de Pedro Afonso-TO, o PRODECER III uma espécie de continuação da frente de expansão da agricultura moderna no cerrado, iniciada pelos governos militares no cerrado mineiro, capitalizada pelo JICA uma empresa de capital nipo/brasileiro.

A partir daí, as terras do município de Pedro Afonso vai aparecer nas políticas de planejamento e desenvolvimento (SENLAN) como área de avanço tecnológico na agricultura. Isto significa áreas destinadas à monocultura da soja, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais internacionais e nacionalizados com o objetivo de territorializar “novas” relações de produção globais e desterritorializar “velhas” relações de produção local desencadeando um denso impacto territorial no cerrado tocantinense.

Por outro lado, precisamos entender como se distribui geograficamente o processo de modernizando na agricultura no Tocantins, como diz OLIVEIRA (1997) “o modo capitalista de produção na agricultura desenvolve-se de maneira desigual e contraditoriamente combinado”. Desigual porque escolhe ou elege áreas de terras mais próprias para o uso das novas tecnologias. Combinado porque o capital consegue sempre o apoio de governos e órgãos públicos para se estabelecer e contraditório, porque não propõe uma redivisão fundiária e estabelece nas bases territoriais do latifúndio.

Assim, de maneira sucinta, conseguimos mapear as áreas de modernização na agricultura do Tocantins, iniciamos com já comentamos, com o Projeto Rio Formoso no município de Formoso do Araguaia-TO, que se desdobra na década de oitenta nas terras do município de Lagoa da Confusão especificamente na Bacia do Rio Urubu, nessas duas áreas a cultura de arroz possui um maior destaque, talvez pela abundância de água. São terras de várzeas da bacia do Araguaia.

Nos municípios de Santa Rosa, Natividade, Silvanópolis e Mateiros no sudeste do Jalapão. A grande lavoura de soja com toda uma logística vem se

estabelecendo, como resultado do avanço da fronteira agrícola estabelecida no município baiano do Mimoso atual Eduardo Magalhães.

As áreas do PRODECER III no município de Pedro Afonso se constitui como um modelo de modernização da agricultura e vai estabelecendo rapidamente nos municípios vizinhos tais como Bom Jesus, Santa Maria, Itacajá, Tupiratins, Itapiratins, Centenário, Recursolandia, Campos Lindos, Goiatins, Palmeirante e Barro do Ouro. O município de Campos Lindos na divisa com o Maranhão é um exemplo, de como foi estabelecida uma grande área de plantio de soja destinada a colonos sulista, “classificados” pelo regime de aptidão.

É importante ressaltar que pode-se identificar três frentes de modernização da agricultura no Tocantins, se levar em conta o sistema de aplicações de investimentos públicos e/ou privados destinado a expansão de áreas agrícolas no cerrado. A primeira pode ser convencionada de frente de investimentos espontâneo que compreende a região de Formoso, Lagoa da Confusão na Bacia do Araguaia e as áreas de desdobramento do Projeto Mimoso-BA que compreende a região centro/sudeste do Tocantins. Estas são áreas onde o modo de produção capitalista na agricultura está se estruturando espontaneamente. A segunda, a Região do PRODECER III, é considerada como frentes de investimentos dirigidos, isto é, são áreas determinadas, por políticas públicas, oferecendo uma série de incentivos e concessões por parte dos governos federais, estaduais e municipais. E tem como principal objetivo o desenrolar de políticas de desenvolvimento regional baseado na criação de novos empregos, novas demandas de consumo e circulação de novas mercadorias. O Projeto Manuel Alves na Região de Dianópolis-TO também é resultado desse mesmo modelo de política agrícola para o Tocantins.

É importante a observação que nessa área de investimento dirigido são direcionados financiamentos públicos federais (PRODECER III, Projeto Manuel Alves) e estaduais como é o caso das áreas de plantação de soja em Altos Lindos-TO.

Mas por outro lado, precisamos da mesma forma entender que essas áreas de modernização de expansão agrícola, por todo o estado, estão avançando vertiginosamente sobre os territórios de ocupações tradicionais, seja eles indígenas; quilombolas ou de agricultores familiares, portanto, é de suma

importância pesquisar/diagnosticar o grau de desarticulação sofrido pelas comunidades tradicionais do Tocantins em detrimento de uma política de investimentos, nacionais e internacionais, para o desenvolvimento acelerado das áreas destinadas a plantação de soja no cerrado. A importância de pesquisas sobre a realidade do espaço agrário no Tocantins é fornecer através de seus resultados, elementos palpáveis para a elaboração de planos de desenvolvimento regional que preserve as práticas tradicionais de agricultura no estado, a agricultura indígena; a quilombola e a camponesa são experiências históricas de cultivo de produtos agrícolas que sempre alimentou o povo brasileiro.

É com esse objetivo que pretendemos estudar as transformações sócio-territoriais na Região Nordeste do estado do Tocantins, onde já existem fortes sinais de mudanças econômicas e culturais em função da expansão e desdobramento da política de modernização agrícola implementada inicialmente pelo PRODECER III na região.

Dessa forma, propomos dividir nosso objeto de pesquisa em três áreas de abordagem do processo de modernização na agricultura da região e suas conseqüências: a primeira objetiva analisar as transformações sócio-territoriais a partir das discussões teórico-metodológicas, relacionando às questões agrárias e agrícolas. A segunda visa compreender essas transformações a partir das relações cidade-campo, isto é, a partir de análises relativas aos estudos sobre expansão urbana em áreas de ocupações tradicionais. Por último, pretendemos analisar as transformações acarretadas pelas grandes plantações de soja em torno do território dos Índios Krahô localizado nos municípios de Itacajá e Goiatins, dentro da região objeto. Haja vista, que um projeto como esse é importante não só pelo fato da abordagem científica dos fenômenos, mas pela grande responsabilidade de diagnosticar os impactos sócio-culturais-territoriais, na área Krahô causados pela modernização da agricultura. Esse processo provoca, simultaneamente, significativas mudanças nas “feições urbanas” dos municípios, como também aceleram o processo de aculturação das comunidades em função da inserção do consumo de novos hábitos de consumo e novas relações de trabalho. Assim, propomos pesquisar primeiramente a Região Nordeste do Tocantins, por já a conhecermos um pouco, quando elaboramos nossa tese de doutorado sobre o território Krahô e quando orientamos um trabalho de graduação

sobre a expansão urbana em torno da reserva Krahô, e também porque a partir desse projeto pretendemos desenvolver a mesma pesquisa em outras regiões do estado.

Qualificação do problema e conceitos teóricos

De acordo com DINIZ (2003, p. 365-6), a fronteira pioneira representa os assentamentos pioneiros marcados pela ausência de mercados de terra e trabalho, por rápido crescimento populacional via imigração, grande disponibilidade de terra. Para este autor, na perspectiva espaço-temporal, a fronteira se divide em fronteira transitória, fronteira consolidada e fronteiras urbanizadas. A fronteira transitória representa os assentamentos transitórios caracterizados por economias dicotomizadas, onde convivem lado a lado os agricultores de subsistência e comerciais, sendo que estes últimos encontram-se em franco processo de expansão. Com a valorização da terra, a propriedade agrícola, que se encontra atomizada na fase pioneira, começa a ser consolidada em grandes fazendas. Nestas áreas, as taxas de desmatamento são cada vez maiores. Estes fatos geram uma série de transtornos para as comunidades tradicionais que ali estavam fixadas territorialmente algum tempo.

A fronteira consolidada, marcada por economias baseadas na agricultura comercial, concentração de terra em grandes propriedades, mercado imobiliário, presença de grandes empreendimentos agrícolas, relações de produção predominantemente capitalistas. Os imigrantes destas áreas tendem a ser os mais recentes desde que chegaram, após a instituição dos mercados de trabalho, de terra e a consolidação de pequenas propriedades em grandes fazendas de gado e de produção de alimentos. Nestas áreas, a descaracterização das comunidades tradicionais é ampliada.

As fronteiras urbanizadas, que fazem parte de uma herança dos embrionários núcleos urbanos criados no coração dos projetos de colonização, muito frequentes na região amazônica, em especial no Tocantins, que faz parte dessa região. Seu crescimento é condicionado pelo processo de evolução das áreas de assentamento circunvizinhas, tornando-se, portanto, entidades

inseparáveis dos projetos agrícolas dos quais se originaram. As transformações estruturais no seu entorno intensificam os movimentos rural-urbanos, aumentando o tamanho e a complexidade dos núcleos. Estes podem crescer o suficiente em organização e complexidade a ponto de se tornarem novos municípios. Esses lugares constituem centros de concentração e redistribuição de mão-de-obra, formada por ex-colonos e migrantes que não conseguiram acesso a terra. À medida que os centros ganham dinamismo, eles também tendem a receber um grupo de migrantes selecionados, oriundos de áreas urbanas, atraídos pelo crescente setor terciário. Nestas áreas, o desejo de adquirir terra, ainda, é um importante estímulo à imigração. No noroeste tocantinense a fronteira agrícola mecanizada encontra-se, teoricamente, em um estágio de mecanização avançado, no qual os núcleos urbanos se estruturaram a partir dos projetos de colonização.

O estado do Tocantins é o recorte territorial mais recente do país e está estruturando-se (com investimentos em infra-estrutura e a introdução do conhecimento técnico-científico no setor agropecuário) cada vez mais para receber o grande capital (as multinacionais: empresas agroindustriais principalmente). Essa estruturação traduz-se na construção de Palmas; da Hidrelétrica de Lajeado; da Ferrovia Norte-Sul, UHE de Peixe e Estreito e outros projetos que estão inclusos no PAC (Programa de Aceleração para o Crescimento) do governo federal. A chegada de novos empreendimentos econômicos na região é fato muito real com objetivos de explorar as riquezas naturais que o estado oferece. Uma região como o Tocantins pode ser considerada uma área de fronteira de recursos como diz JOHN FRIEDMANN, um tipo de região periférica de povoamento recente, que muitas vezes em um pequeno espaço de tempo é transformada em áreas produtivas. Numa situação desta, a importância do uso de recursos naturais é fundamental para o desencadeamento de todo “projeto de desenvolvimento” como querem os seus promotores.

Todo esse cenário provoca expectativa para a comunidade local. Para a população local, cria-se uma expectativa de progresso, de mais empregos, mais renda, em outras palavras, um mundo de prosperidade. O progresso aqui

projetado nos moldes positivista, não chega de forma uniforme para todas as classes sociais. A população ribeirinha, as comunidades tradicionais, e, sobretudo aquela menos favorecida, com certeza ficarão a margem desse progresso. Aliás, esse progresso faz parte de uma coisa chamada de “modernização do território” que é nada mais, nada menos, do que um procedimento político que se institucionaliza de cima para baixo. Seus objetivos e intenções não são expostos de forma clara e participativa para a população. Os desdobramentos deste processo de modernização terão respostas indesejáveis nestas comunidades e no meio ambiente.

O processo de urbanização na região planejado pelas políticas públicas de investimentos juntamente com o capital nacional e internacional, como afirma OLIVEIRA (1991), também contribuiu para esse “desarranjo espacial”. Tal processo foi planejado para dar respaldo à ocupação econômica da Amazônia e integrá-la ao contexto nacional e internacional. Este fato trouxe benefícios apenas para uma pequena parcela da população, aquelas classes sociais mais ricas. Portanto, se o processo de urbanização cresceu de forma “desordenada”, permitiu o êxodo rural de forma desequilibrada e não proporcionou o desenvolvimento social na região.

Para que aconteça o planejado, o Estado criou programas de incentivos fiscais, de financiamentos e fomento para viabilizar o crescimento econômico. Programas como o POLONOROESTE, POLOCENTRO, PRODECER, POLAMAZÔNIA, etc. são fundamentais para oxigenar os empreendimentos econômicos. Os resultados das políticas de implantação destes programas são marcados pelo investimento de capitais nacionais e estrangeiros visando a inserção da região ao mercado internacional de *Comodities*. Estes programas constituem verdadeiros “agentes” que promoveram e estão promovendo a modernização territorial na Amazônia, e atualmente se rearticulam com mais tecnologias no Tocantins.

No processo de modernização do espaço regional, os investimentos em infra-estrutura são fundamentais. É exatamente isso que o Estado e os atores hegemônicos (multinacionais, BIRD, ONU, organizações supranacionais) estão fazendo na Região Norte, tendo o Tocantins como uma área privilegiada para as

aplicações de inovação tecnológica na agricultura no início do século XXI. Acoplado aos investimentos agrícolas e em infra-estrutura, há também investimentos em tecnologia e em ciência. Como biogenética, biotecnologia e na ciência da computação. Empresas como a Bunge, Cargil e outras dotadas de grande inovação tecnológica investem maciçamente nestas áreas. Como é o caso dos transgênicos, sementes melhoradas, correção artificial do solo em herbicidas e etc. É importante ressaltar que no Tocantins essas empresas já estão presentes.

Objetivos e metas

Objetivos gerais

- a) Identificar a dinâmica da produção do espaço agrário e urbano na região noroeste do Tocantins, com vistas a chegar a um entendimento teórico-crítico do processo de urbanização, da estrutura fundiária, dos conflitos agrários e dos impactos sócio-territoriais nas comunidades tradicionais diretamente ligados ao desenvolvimento regional promovido pelas políticas públicas de investimentos.
- b) Identificar e discutir os problemas sociais advindos do processo de urbanização “planejado”, e as lutas dos movimentos sociais no campo (indígena, quilombolas e camponeses) pela posse da terra que são mais críticos nas regiões destinadas à modernização da agricultura.
- c) Identificar a dinâmica da produção do espaço agrário e urbano Tocantinense, com vistas a promover discussões teórico-metodológicas na busca da compreensão dos fenômenos sócio-espaciais oriundo das do processo de modernização do território e da fronteira agrícola mecanizada.

Objetivos específicos

- a) Analisar as transformações sócio-territoriais na região, a partir das relações sócio-econômicas no processo de formação da fronteira agrícola e a implementação de novas técnicas de produção.

- b) Identificar as mudanças sócio-culturais das comunidades tradicionais envolvidas (indígenas, quilombolas e camponeses) em função do processo de modernização da fronteira agrícola estabelecida na região.
- c) Observar as influências sócio-territoriais na reserva indígena dos Krahô em detrimento do processo de urbanização estabelecido na região, como resultado dos desdobramentos da modernização da fronteira agrícola.
- d) Com as atividades teóricas e de campo pretende-se primeiramente, entender e compreender as relações produzidas no espaço, em detrimento do processo de investimentos de políticas públicas e capitais privados que estão transformando as “feições territoriais” urbanas e agrárias na região. Em segundo lugar, propõe-se a construção de referenciais teóricos sobre o processo de modernização de fronteiras agrícolas no Tocantins, com intuito de subsidiar de forma teórico-metodológica a outras pesquisas da área ou afins.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos serão organizados e desenvolvidos a partir primeiramente de análise e aprofundamento sobre as teorias que dão sustentação metodológica às discussões acadêmicas sobre o processo de modernização na agricultura brasileira e suas contradições sócio-territoriais. Em segundo lugar, a pesquisa terá como atividade prática as visitas a campo, que serão organizadas cronologicamente a partir dos objetivos específicos do projeto.

Dessa forma, propomos dividir nosso objeto de pesquisa em três áreas de abordagem do processo de modernização na agricultura da região e suas conseqüências: a primeira objetiva analisar as transformações sócio-territoriais a partir das discussões teórico-metodológicas, relacionando às questões agrárias e agrícolas. A segunda visa compreender essas transformações a partir das relações cidade-campo, isto é, a partir de análises relativas aos estudos sobre expansão urbana em áreas de ocupações tradicionais. Por último, pretendemos analisar as transformações acarretadas pelas grandes plantações de soja em torno do território dos Índios Krahô localizado nos municípios de Itacajá e Goiatins,

dentro da região objeto. Haja vista, que um projeto como esse é importante não só pelo fato da abordagem científica dos fenômenos, mas pela grande responsabilidade de diagnosticar os impactos sócio-culturais-territoriais, na área Krahô resultante da modernização da agricultura. Esses impactos aceleram o processo de aculturação das comunidades em função da inserção do consumo de novos hábitos de consumo e novas relações de trabalho. Assim, propomos pesquisar primeiramente a Região Nordeste do Tocantins, especificamente, os municípios que compõe a microrregião de Pedro Afonso. A partir dos resultados desse projeto pretendemos desenvolver a mesma pesquisa nas outras regiões de modernização da fronteira agrícola do estado do Tocantins.

Principais Contribuições Científicas

- Organização e publicação de um livro e publicação de artigos científicos em periódicos especializados.
- Oferecimento de duas bolsas de mestrado e três bolsas de iniciação científica.
- Realização de um seminário temático com o envolvimento da Universidade federal de Tocantins, das comunidades tradicionais e das secretarias municipais da região da pesquisa com publicação de anais de resumos.
- Duas bolsas para estágio pós-doutoramento com duração de 10 meses
- Uma dissertação de mestrado com a temática da região objeto no curso de pós-graduação do Programa de Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Tocantins-UFT.
- Dois trabalhos de conclusão de curso com a temática da região objeto no curso de geografia do Campus de Porto Nacional da UFT.

Bibliografia Básica

- AUBERTIN, Catherine, (org). *Fronteiras*. Brasília, EdUnB,1988, p- 215/230.
- BECKER, Bertha K. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, n.º 32, ano XI, 1991, p. 47-56.
- ; EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- , et al. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora da UnB, 1990.
- BECKER K. Bertha et alli. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- BEZZI, Meri Lourdes. Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Tese (Doutorado em Organização do Espaço), Rio Claro –SP Unsp, 1996.
- BRITO, Eliseu Pereira de. *Produção e reprodução do espaço urbano em Palmas*. Monografia para conclusão do Bacharelado em Geografia, UFT – Campus Porto Nacional, Junho/2005.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CASTRO, Iná Elias. Visibilidade da região e do regionalismo. In: LAVINAS, Lena et al. (orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- O problema da escala. In: -----; GOMES, Paulo César da Costa; LOBATO, Roberto Correia (orgs.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DINIZ, Alexandre M. A. Migração na fronteira agrícola. In: *AGETEO*. Volume 28, nº 03, setembro/dezembro 2003.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora UnB/ORSTOM, 1988.

HAESBAERT, Rogério (org.). *Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo*. Niterói: Eduff, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KAGEYAMA, Ângela A. Alguns impactos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

LIRA, Elizeu Ribeiro. *A Descontinuidade do Território Krahô*. Tese de Doutorado. UNESP - Presidente Prudente-SP: 2004.

LIRA, Elizeu Ribeiro. *A Gênese de Palmas-TO*. Dissertação de Mestrado. UNESP - Presidente Prudente-SP: 1995.

LIRA, Elizeu Ribeiro. Regiões do Tocantins: regionalização ou banalização do Conceito de Região? In: SILVEIRA, Silva (Org.). *Geografia Econômica do Brasil – temas regionais*. Ed. FCT/UNESP, 2002.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A comunidade Jacotinga: a luta pela posse da terra. *Revista Produção Acadêmica*. Porto Nacional, 2003.

LIRA, Elizeu Ribeiro. Geografia e território indígena: o resgate tardio. *Revista Produção Acadêmica*. Porto Nacional, 2003.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARIN, Rosa E. Azevedo et al. Amazônia Oriental: territorialidade e meio ambiente. In: LAVINAS, Lena; CARLEAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2 ed. Petrópolis-RJ: 1985.

MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (ORG). *Os Impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987, p-9/15.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 20 ed. Tradução de Reginaldo. -----; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

NETO, Luiz Bezerra. *Sem-Terra aprende e ensina*. São Paulo: Autores Associados, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Natureza do espaço – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

----- . *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

----- . *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

-----; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; LOBATO, Roberto Correia (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Jan Carles Nogueira. *O processo de urbanização e a agricultura moderna nas terras do entorno da área indígena Kraolândia, localizado na Região Nordeste do Tocantins*. Monografia, Curso de Geografia – UFT, Porto Nacional, 2005.

VANALLI, Sônia; MARTINS, Dora. *Migrantes*. São Paulo: Contexto, 1999.

2- DA TERRA DE NEGÓCIO À TERRA DE TRABALHO: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO PROGRESSO, PEQUIZEIRO – TO

Problema Da Pesquisa

A questão agrária no Brasil está alicerçada aos grandes problemas de concentração da terra, e nas últimas décadas, vem sendo marcado por uma nova organização, reivindicação e luta no campo brasileiro, imprimida pelos camponeses no Brasil. Essa nova dinâmica no campo tem provocado novas formas de organização territorial, dentre as quais se destaca a criação dos assentamentos rurais.

Neste sentido, os assentamentos rurais têm se territorializados, à medida que, emergem de conflitos, estabelecem novas formas de produção, organização do trabalho, distribuição da propriedade, além, de alterar as relações de poder anteriormente estabelecidas.

O Assentamento Progresso, no município de Pequizeiro, no Estado de Tocantins anteriormente denominado “Fazenda Progresso”, então território do latifúndio pecuarista foi desapropriada para dar forma a uma nova organização espacial. Assim, após a desapropriação surge uma nova territorialização, camponesa. Desta forma, como se estabeleceu a nova organização territorial no Assentamento Progresso no município de Pequizeiro - TO?

Objetivo Geral

✓ Analisar o processo de territorialização do Assentamento Progresso, no município de Pequizeiro – TO, a partir das novas formas de produção, organização do trabalho e distribuição da terra.

Objetivos Específicos

✓ Comentar o processo de criação do Assentamento Progresso no município de Pequizeiro - TO;

- ✓ Descrever as formas de produção, organização do trabalho, distribuição da terra e as relações sociais de produção do Assentamento Progresso no município de Pequizeiro - TO;
- ✓ Identificar as mudanças sociais e econômicas ocorridas com as famílias de assentados após a implantação do Assentamento Progresso no município de Pequizeiro - TO.

Justificativa

O processo de luta pela terra de trabalho no Noroeste do Estado do Tocantins resultou na criação de 08 (oito) assentamentos nas proximidades do Rio Juari. Além de outros 18 (dezoito) assentamentos de reforma agrária regularizados em outros municípios que se localizam nesta região como municípios de Pequizeiro, Couto Magalhães, Bernardo Sayão, com 1.214 famílias assentadas¹ e 6.070 pessoas. Entre esses assentamentos encontra-se o P.A Progresso, que possui 226 (duzentos e vinte e seis) famílias e uma grande importância nessa região, já que, apresenta-se como o assentamento que mais produz leite na região.

Nessa perspectiva os movimentos de lutas pela terra se constituem segundo Fernandes (1999, p. 15):

(...) ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, afim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa.

Portanto, estudar a territorialização do Assentamento Progresso no município de Pequizeiro, Tocantins, é entender as sucessões de conflitos até a criação do Assentamento, as novas relações de poder local ora estabelecidas, novas formas de produção, organização do trabalho, distribuição da terra. Bem como, estudar e discutir uma temática que possui uma relevante produção

¹ Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Estadual/ 2007 e Comissão Pastoral da Terra. 2005.

acadêmica, mas que se tornam complexas, à medida que se tomam por base as dimensões continentais do Brasil, o predomínio dos latifúndios e os conflitos oriundos das lutas pela propriedade da Terra.

Neste sentido, o trabalho se torna importante, já que a produção acadêmica traz em si a compreensão da realidade através de um estudo sistematizado e busca trazer um melhor entendimento e um novo olhar sobre a questão agrária no Brasil, sobretudo, no estado do Tocantins.

Fundamentação Teórica

O antigo Norte de Goiás, atualmente, estado do Tocantins foi marcado histórica e geograficamente pelo isolamento com os mercados do Sul e Sudeste, devido ser a única via de transporte ser pelos principais rios da região. O que de certa forma impedia que a região se integrasse à economia de mercado em expansão na região sul do Estado de Goiás e sudeste do País.

Para diminuir as distâncias e integrar esta região, foram aplicadas políticas de desenvolvimento para a região norte como forma integração dos estados do Norte com os Estados do Sul do País, como a construção da BR-153 (Belém-Brasília) nas décadas de 60 e 70. Estas políticas de desenvolvimento regional provocaram profundas mudanças na região norte de Goiás hoje Estado do Tocantins, alterando significativamente a cultura, a sociedade e a economia das comunidades estabelecidas na região há décadas ou há séculos.

A partir da década de 70, com abertura da estrada se acentuou o fluxo migratório de famílias vindas de outras regiões e aumentaram os conflitos de terras na região, as frentes pioneiras instalada na região provocaram uma situação de instabilidade, medo e incertezas, como afirma Martins (1997, p. 147).

A partir do Golpe de estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida processo que continuou atenuado, com a restauração do regime político e democrático em 1985.

Esta Frente Pioneira trouxe fazendeiros de diversas regiões do país principalmente da região sul e sudeste subsidiado pelo Estado, apropriavam-se de extensas áreas de terras desocupadas ou ocupadas por posseiros que expropriados de suas terras, de onde tiravam a subsistência da família, migraram para as cidades mais próximas que por sua vez passavam a viver nas periferias dessas cidades.

Entretanto, Martins (1997, p. 147) continua afirmando que “apesar da história de deslocamento da fronteira agrícola ser de destruição, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”.

Corroborando com as idéias de Martins, os sonhos e as esperanças de famílias que foram expropriadas de suas terras somando aos de migrantes de outras regiões que viviam fora da lógica das frentes pioneiras e dos subsídios do Estado, se organizaram através de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR’s apoiados por setores da igreja como a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Estas entidades ajudavam na organização para mobilização e ocupações em massa em fazendas da região, ocorrendo um importante processo de reocupação de terras no Estado do Tocantins.

Essas tentativas de (re) ocupações resultaram em acampamentos e posteriormente nas implantações de assentamentos que inauguraram um novo processo de Territorialização da luta contra as grandes propriedades rurais. Com base em Fernandes (2000, p.76) os acampamentos configuram-se em “(...) espaços e tempos de transição na luta pela terra (...)”, pois além de espaços de politização e socialização, criam pontos de tensão.

Os assentamentos rurais são o resultado de um longo processo de luta de sujeitos que buscam territorializar-se, e assim, participarem da organização do espaço. Estes sujeitos lutam contra a forma de apropriação do espaço rural determinada pelo modo de produção capitalista concentrador, ou seja, contra a grande propriedade privada.

Nesta perspectiva o território conquistado em uma luta desigual contra a grande propriedade rural, normalmente em áreas em que a grande propriedade impera, demarcam claramente as características dicotômicas do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo, abordado por Oliveira (2007).

As relações sociais de produção, por exemplo, são contradições entre produção camponesa e a capitalista, sendo, a propriedade camponesa - propriedade de trabalho - onde o camponês satisfaz suas necessidades e que conseqüentemente não explora mão-de-obra alheia. São essas características que diferem a propriedade camponesa de uma propriedade capitalista como exposto por Martins (1980, p.59):

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem: é propriedade direta de instrumentos de trabalho parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não são reguladas pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho.

O assentamento, com sua própria constituição, altera as relações de poder locais, pois passa a atuar em área antes estabelecida como grande propriedade –terra de negócio- e que não cumpria a sua função social. Promovendo uma mudança nas relações sociais de produção, anteriormente, estabelecidas. E com base na diversificação da produção, garantem assim a reprodução dos assentados.

Desta forma, para Fernandes (1996, p. 241), “a territorialização da luta pela terra é compreendida como o processo de conquistas de frações do território, e o assentamento como território é um trunfo na luta pela terra”. Na perspectiva de Andrade (1984), o uso do território é determinado e concomitantemente reflete a divisão social do trabalho. Portanto, à medida que a divisão do trabalho se torna mais complexa, modificam-se as formas de organização do espaço, criando-se novas territorialidades.

A regularização dos assentamentos proporciona uma melhor distribuição da renda na agricultura passando necessariamente pela redistribuição da terra,

assim, “maior acesso a terra significa possibilidade de obtenção de melhor fatia da renda nacional” (OLIVEIRA, 2007, p. 151).

Os estudos que permeiam o campo buscam de certa forma trazer à sociedade a idéia de que outro desenvolvimento é possível, desconcentrando a propriedade da terra que em sua grande parte, ainda pertence aos latifundiários. Além de buscar através do rigor científico informações que corroboram para uma nova forma de produzir que se encontram distorcidas, como se fosse, o latifundiário, o responsável por toda a produção agropecuária no Brasil.

Nessa direção vale ressaltar os dados de Oliveira (2007, p.151), mostrando que:

Assim, a pequena propriedade detém apenas 20% da área ocupada do Brasil, foi responsável por 46% do valor da produção agropecuária e por 43% da renda gerada no campo. Enquanto isso, as grandes propriedades que controlam mais de 44% da área ocupada total, foram responsáveis por apenas 21% do valor de produção [...].

Outro ponto que cabe destacar é o próprio estigma que os assentados acabam sofrendo, como sendo o total responsável pelos conflitos e mortes no campo brasileiro, e muito se deve a “opinião da mídia representante das elites” (OLIVEIRA, 2007, p.153).

É nesse sentido que as diferentes concepções de território presentes nesse estudo procuram dar as bases para a compreensão do processo de territorialização dos assentamentos na reformulação do espaço agrário, pois, além desses assentamentos mudarem a dinâmica territorial, modificam também a organização para o trabalho estabelecendo, assim, novas formas de produzir.

Ao realizar uma abordagem epistemológica do conceito, busca-se o termo em Ratzel que se manifestou na constituição da Geografia Política. Segundo Moraes (2007, p. 72) “esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas referentes à ação do Estado sobre o espaço”. O território aqui se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder.

Já para Raffestin(1993,153):

Falar do território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação de um grupo ou indivíduo com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação (...) sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação aos outros objetivos possíveis.

Desta forma, as relações de poder sobre um dado espaço não se dá, tão somente, pelo Estado, como também, por outros atores, resultado da relação da humanidade com o espaço. Santos (2010, p. 62), utiliza a noção de configuração territorial, concebendo o território como um:

[...] conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais [...]. A configuração territorial ou configuração geográfica tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais [...].

Neste contexto, o território é entendido como resultado de uma produção histórica de construção do espaço por agentes sociais. A construção dos territórios, para Santos (1996), se processa a partir da projeção do trabalho sobre o espaço. Como assinala o autor, “o território não é território em si mesmo, pois o que faz dele território é o seu uso e, este uso, faz do território um objeto de análise social”.

Já na concepção de Andrade (1995, p. 19):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Nesta análise constata-se um discernimento entre espaço e território, o território neste caso é analisado pelos vieses econômico e político-administrativo, levando-nos a perceber que é na base territorial que as relações capitalistas se reproduzem. Já a abordagem de análise territorial capaz de dimensionar os problemas agrários que ocorrem no Brasil é retratada nas palavras de Oliveira (2002, p. 55):

A formação do Brasil foi feita através da destruição de muitas nações indígenas. Os territórios libertos dos “filhos do sol” foram transformados em território brasileiro para a expansão capitalista. Os territórios libertos dos “filhos do sol” foram transformados em reservas/parques-prisões. Primeiro foi a tentativa da escravidão pelos bandeirantes-jagunços do sertão, depois o confinamento ou a morte sumária, pela violência ou pela ignorância. A sua história tem sido uma história de genocídios, ou etnocídios como preferem alguns.

Nesta importante abordagem tem-se um dimensionamento capaz de orientar a discussão sobre um dos problemas mais graves existentes no Brasil, o agrário, mostrando a face do território capitalista em contraposição a outros territórios, como, os territórios indígenas, quilombolas, posseiros ou os dos “Sem Terras” que buscam o acesso a terra de trabalho.

Observa-se também que conceito de território é entendido partindo da práxis, compreendendo que os conflitos retratados por Oliveira (2004), refletem as relações de poder estabelecidas no campo brasileiro. Neste sentido, Oliveira (2004, p. 40), afirma que o território não é um *pirus* ou um *apriori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza. O autor em referência ao território segue afirmando:

A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.

Essas reflexões estão na ordem do dia no campo brasileiro à medida que ao analisar as diversas contradições reveladas no campo, seja o latifúndio em contraposição a pequena propriedade ou até mesmo a lógica que permeia a terra de negócio e a terra de trabalho. E o território aqui, deve ser analisado como produto concreto da luta de classes na sociedade capitalista.

Metodologia

Para realização desse estudo partiu-se do princípio de visitas e pesquisas à campo no Assentamento Progresso, situado no município de Pequizeiro, localizado na região noroeste do Estado do Tocantins. A escolha pelo assentamento é justificada devido ao tempo de implantação desse assentamento, que data de meados de 1999, sua localização geográfica, relevância em relação não só ao município de Pequizeiro, como também, aos municípios de seu entorno, além do grande número de famílias assentadas, atualmente 226 (duzentos e vinte e seis).

Cabe citar que neste estudo será concebido o assentamento como um processo de territorialização dos camponeses ao estabelecer novas relações de poder local, novas formas de produção, organização do trabalho e distribuição da propriedade da terra. Desta maneira, indicando uma tendência de (re) organização no campo.

Para tanto, será utilizado o método materialismo dialético por entender a importância da evolução histórica e as contradições das práticas sociais, definido segundo Triviños (2007, p.51), “como sendo estudo das leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social, no desenvolvimento da humanidade”. Triviños (2007, p. 69), segue fazendo inferências ao método, abordando a dialética e seus elementos contraditórios.

Estes, no processo de transformação, são opostos. Mas não podem existir um sem outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. [...] os opostos estão em interação

permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários. Desta maneira, a contradição é fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos.

O método converge com as idéias de Oliveira (2007, p. 131), quando afirma que a base teórica para se compreender o campo brasileiro, está na compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista moderno, que se faz de forma desigual e contraditória. Portanto, este método oportunizará entender o processo de re(ocupação) da propriedade e suas contradições com o latifúndio, além, da revelação da territorialização daquele assentamento.

Nessa abordagem Marx (1985, p. 20) afirma:

[...] meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material transportado e traduzido na cabeça do homem.

Vale ressaltar que o estudo partirá da materialidade do objeto e não da subjetividade – dialética idealista - que suponha-se ter acerca de sua essência. O estudo em questão terá um caráter de pesquisa qualitativa, que na visão de Oliveira (2010, p. 59), é “[...] caracterizada como sendo uma tentativa de explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas e questões abertas”. As pesquisas qualitativas possuem em sua essência um caráter exploratório, objetivando proporcionar uma maior discussão acerca do tema pesquisado.

Far-se-á o uso de diferentes instrumentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta, entrevistas e questionários. Valendo ressaltar que as entrevistas serão realizadas junto a uma amostragem de 25% do número de famílias deste assentamento para diagnosticar os aspectos objetivos relacionados às questões sociais e econômicas imprimidas pela nova organização para o trabalho dos assentados, no assentamento.

Referências Bibliográficas

FERNADES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. (Tese de Doutorado) Doutorado em Geografia. Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Filosofia – Universidade de São Paulo. 316p. São Paulo: USP, 1999. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/ltd/Tese_BMF.pdf Acesso em 01 ago. 2011

_____. **Movimento social como categoria geográfica**: Geografia, política e cidadania. Terra Livre. São Paulo, nº15, 2000, p.59-85.

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Fronteira a degradação do outro nos confins do humano**. Hucitec, São Paulo, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MORAES, Antônio Carlos. **Geografia: Pequena História crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das lutas no campo: conflitos e violências movimentos sociais e resistência os sem-terra e o neoliberalismo**. São Paulo: contexto, 2002.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução á pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. p.15-20.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

3. O USO DO SOLO NO PARQUE NACIONAL INDÍGENA DA ILHA DO BANANAL: UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO KARAJÁ

Problema da pesquisa

O objetivo central deste projeto é investigar como tem ocorrido o uso do solo no Parque Indígena do Araguaia, localizado do sudoeste do estado do Tocantins, local que tem seu espaço ocupado pelas etnias indígenas Karajás e Javaés. A partir destas investigações se pretende a portar informações que possam contribuir para a discussão das políticas públicas para a ocupação do solo na região.

Seja pelas populações indígenas, riqueza ambiental, por sua posição geográfica estratégica, pela qualidade dos seus pastos ou qualquer outro atributo que se possa mencionar, a Ilha do Bananal com 1.916.225 hectares de extensão, cercada pelos rios Araguaia e Javaés. Esta área vem sendo palco de conflitos nas últimas décadas entre os poderes públicos que administram a área, as populações indígenas, posseiros e fazendeiros no que diz respeito ao uso e ocupação de suas terras.

A partir da decretação do Parque Nacional do Araguaia em 1959 e o posterior reconhecimento dos direitos dos povos indígenas com a criação do Parque Indígena em 1971, a maior ilha fluvial do mundo está dividida em duas áreas de reserva ambiental: ao norte, o Parque Nacional do Araguaia, ao sul foco deste projeto, o Parque Indígena do Araguaia que abriga indígenas das etnias Karajá e Javaés.

Essas populações estão certamente no centro de toda a discussão que se possa estabelecer para o aproveitamento agrícola da área, e ao longo das últimas décadas observa-se muitas divergências entre os diferentes órgãos públicos que administraram a área no que se refere ao uso da terra e o aproveitamento de seus recursos naturais. Nesse contexto, devemos considerar que os povos Karajás e Javaés ocupam a Ilha do Bananal “comprovadamente desde pelo menos 1600, sendo todo o seu território pode ser considerado como terra tradicional desses povos indígenas.” (TORAL, 1992: 43)

O Parque Indígena do Araguaia foi criado por meio da redução do Parque Nacional do Araguaia que ocupava toda a Ilha do Bananal. Essa redefinição da área criando o “Parque Indígena” ocorreu através da promulgação do Decreto Presidencial n- 68.873, de 1971, que posteriormente foi retificado pelo Decreto Presidencial n- 71.879, de 01 de março de 1973, reduzindo a área do Parque

Nacional do Araguaia para uma área menor, o terço norte da Ilha” (IBAMA, 2000:23). Desde então, vem ocorrendo freqüentes redefinições e demarcações de Terras Indígenas (TI) na área do Parque Nacional, como reconhecimento de seus direitos sobre aquela área, sendo este um aspecto fundamental para o entendimento da dinâmica atual de ocupação do território em toda a Ilha do Bananal.

Considerando a Geografia Humana da região embora o Parque faça parte do município de Lagoa da Confusão – TO, são as cidades de São Felix do Araguaia – MT e Luciara – MT que polarizam a maioria das atividades sociais, econômicas e culturais dos moradores da Ilha do Bananal, os indígenas da etnia Karajá. A própria sede da FUNAI, que administra o Parque Indígena, tem seu núcleo regional na cidade de São Felix do Araguaia, onde se hospedam também os turistas que freqüentam a região.

Apresentando aspectos ambientais muito particulares, a Ilha do Bananal localiza-se em uma área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, com fauna e flora muito diversificadas. Segundo o “plano de manejo do Parque Nacional do Araguaia,” a fauna tem espécies comuns ao Pantanal Mato-Grossense, como a onça-pintada, o boto, uirapuru, garça-azul e tartaruga-da-amazônia. Na flora destacam-se vários gêneros de orquídeas terrestres, a maçaranduba, piaçava e canjerana. Na “vegetação predominam os campos, conhecidos na região por varjões, aparecem ainda o cerrado, a mata seca de transição, as matas ciliares de igapó, vegetação das encostas secas e vegetação dos bancos de areia” (IBAMA, 2000: 52).

Inserida numa região que se torna cada vez mais fundamental para a expansão do agronegócio, pois representa uma espécie de “barreira natural” entre dois grandes estados produtores (Mato Grosso e Tocantins), a Ilha do Bananal apresenta-se cada vez mais pressionada pelo avanço das produções de soja e pela pecuária. Num quadro complexo e resultante de diversos tipos de contradições, a Ilha tem sido palco da ampliação do modo capitalista de produção no campo em seu entorno, ao mesmo tempo em que as populações indígenas com sua crescente inserção no modo de vida urbano acabam por ter cada vez menor interesse em cultivar lavouras agrícolas em seu território.

Ao longo das últimas décadas as políticas públicas adotadas na região colocaram quase sempre os interesses de âmbito federal sobre a rede de relações locais. O resultado dessas políticas levou as populações indígenas a tornarem-se dependentes do arrendamento das terras para pecuaristas da região, como única forma segura para a obtenção de suas rendas. Rodeada de grandes, médios e pequenos pecuaristas, a Ilha do Bananal possui pastos naturais de excelente qualidade, sendo estes muitos cobiçados por aqueles que pretendem expandir suas criações bovinas a baixos custos.

Ainda que a pecuária tenha uma natural vocação para a região e que esteja historicamente ligada ao desenvolvimento econômico da maioria das cidades, esta atividade tem se caracterizado pela concentração de renda, de terras nas mãos de poucos proprietários rurais. Nas últimas décadas, o arrendamento de terras para a pecuária tem sido um dos principais pontos de divergência entre as populações indígenas e os órgãos públicos que administram a área, onde se sucedem decisões das autoridades judiciais ora favoráveis, ora contrárias ao arrendamento das terras dentro da reserva indígena, numa peregrinação contínua de saída e entrada do gado na ilha.

Desconsiderando as inúmeras outras potencialidades naturais da área, as políticas até hoje adotadas, não promoveram uma efetiva melhoria na qualidade de vida das populações indígenas e tampouco se embasaram em modelos sustentáveis que valorizassem as riquezas ambientais da área como seria desejável. Na realidade, a situação dos índios Karajás em aldeamentos como JK, Santa Isabel e Fontoura é preocupante se citarmos apenas os serviços de saúde e educação prestados pelos poderes públicos federais, estaduais e municipais. Esse quadro de abandono tem levado ao aumento no número de casos de alcoolismo, uso de drogas chegando até o caso de violência familiar entre os indígenas.

O Plano de manejo do Parque Nacional do Araguaia e Parque Indígena do Araguaia, elaborado no ano 2000, respeitou as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabeleceu nas áreas indígenas do país, “o direito histórico desses povos e a seus territórios” (DIEGUES, 2001: 17) e ainda previu o apoio e incentivo ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas da Ilha do Bananal. Entretanto, a realidade observada nos aldeamentos revela que poucas iniciativas nesse sentido saíram do papel, o que tem contribuído para um

quadro crescente de queda na qualidade de vida das populações indígenas, que por sinal apresentam os piores indicadores sociais da sociedade brasileira.

Pelas aldeias as áreas cultivadas são cada vez menores segundo contam relatos dos moradores mais antigos, o peixe (base da alimentação do povo Karajá) também se torna cada vez mais escasso devido ao aumento da pesca predatória muito pouco fiscalizada; ao mesmo tempo em que o lixo de produtos industrializados comprados nas cidades da região se acumula pelos cantos em quase todas as aldeias.

Por estar localizada em uma área de transição entre os biomas do Cerrado e da Amazônia de grande importância ecológica, devido a presença de um variado conjunto de ambientes naturais que abrigam muitas espécies de fauna ameaçadas de extinção, raras ou endêmicas; a Ilha do Bananal necessita cada vez mais de projetos sustentáveis que envolvam em seu bojo a participação das comunidades indígenas aproveitando os diferentes potenciais ambientais da região.

Existem na Ilha inúmeras espécies nativas frutíferas, além de potencial para o desenvolvimento da piscicultura, apicultura, solos de qualidade para o uso agrícola tradicional principalmente próximo as margens do rio Araguaia, água disponível para a irrigação; e principalmente pessoas necessitando de alimentos que são extremamente caros, pois percorrem milhares de quilômetros desde o Ceasa da cidade de Goiânia, até os municípios do norte do estado do Mato Grosso.

Objetivos

O objetivo central deste projeto é investigar como tem ocorrido o uso do solo no Parque Indígena do Araguaia, administrado pela FUNAI. A partir destas investigações se pretende a portar algumas informações que possam contribuir para um melhor diagnostico dos processos para a ocupação do solo na região.

Os objetivos específicos são:

- (i) Verificar como têm ocorrido os processos de ocupação e aproveitamento econômico, através da agricultura e da pecuária na Ilha do Bananal.

- (ii) Verificar como tem se dado a participação das comunidades indígenas na elaboração dos projetos de aproveitamento de uso do solo dentro do Parque.
- (iii) Verificar como os diferentes atores sociais que atuam naquele espaço têm discutido e proposto novas formas de aproveitamento agrícola e econômico na Ilha do Bananal.

Justificativa

O contexto sócio-espacial em que a região está inserida é palco do avanço do agronegócio, sobretudo através da soja e da pecuária, nas fronteiras dos estados do Mato Grosso e Tocantins com a Ilha do Bananal. Essas atividades econômicas tem se caracterizado na região por serem “os carros chefe” do desenvolvimento econômico local, gozando com isso de grande prestígio junto a credores e políticos, num cenário de avanço contínuo das áreas produtoras sobre o bioma do Cerrado.

O estudo do uso do solo dentro do Parque Indígena do Araguaia torna-se de relevância para compreender as estruturas, os fatores e as transformações que envolvem a adoção de determinados modelos de produção em detrimento de outros. Nesse sentido, ocorre na região “uma rápida expansão das culturas agrícolas de exportação, quase sempre em detrimento das culturas dos produtos alimentícios destinados ao mercado interno” (MARTINS, 1981: 13).

Diversos estudos ao longo dos últimos anos dentro da Geografia Agrária têm abordado o processo de expansão do modo capitalista de produção, que “ao mesmo tempo em que territorializa o capital, sobretudo dos monopólios (...) contraditoriamente impulsiona a expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar e apropriar a renda, produzida pelos camponeses transformando-a em capital” (OLIVEIRA, 1990:46). Ao se identificar além da tradicional relação de complementaridade entre o trabalho familiar e a moderna agricultura capitalista, o elemento indígena com

suas características culturais próprias e sua paulatina capitalização, tem-se certamente um cenário importante de ser refletido e subsidiado com informações.

Dessa forma, os diversos e conflitantes interesses que se colocam na utilização do solo na Ilha do Bananal são fundamentais para o entendimento de diferentes campos de pressões: sociais, culturais, econômicas e políticas; que constroem e dão novo significado no espaço geográfico daquela importante região. Apesar de estratégica sobre diversos aspectos, apresenta um reduzido número de estudos científicos, na maioria das vezes de caráter antropológico.

Diante disso, entender a geograficidade daquele espaço e sua materialização no território surge como algo importante e necessário, na medida em que os interesses e conflitos tendem a florescer cada vez mais em função do avanço contínuo das forças econômicas para aquela região. Como explica Oliveira, “A análise da agricultura, especificamente a brasileira, deve ser feita no bojo do desenvolvimento capitalista em nível mundial” (OLIVEIRA, 2001: 40).

Fundamentação Teórica

Para interpretar e analisar o uso e a ocupação do solo no Parque Indígena do Araguaia, esta pesquisa toma como ponto de partida o entendimento que a construção do espaço geográfico tem na ação humana seu aspecto fundamental. Esta construção, sempre inacabada, adquire novos significados em uma região que o choque de culturas distintas ocorre de forma a criar novos significados e conjunturas sociais, que acabam por refletir diretamente na forma com que o solo será trabalhado e ocupado.

Para Karl Marx,

“Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política” (MARX apud OLIVEIRA, 2001:33).

Tendo em vista os diferentes projetos de ocupação realizados naquela região em tempos distintos, os conceitos de frentes econômicas, espaços de fronteira, frentes pioneiras; se tornam importantes para compreender a gênese atual de construção daquele espaço, resultado da história econômica e social de ocupação da região. Nesse sentido, para Martins a “fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular.” Sendo que, “ a ocupação do centro do Brasil se configura como movimentos de expansão demográfica e econômica que adentraram na região a partir de meados do século XVI, marcando as relações sociais e políticas nas terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas” (MARTINS, 1981: 46).

Dessa forma, a ocupação da região da Ilha do Bananal estaria ligada as diferentes fronteiras econômicas realizadas ao longo da historia econômica brasileira. Para Maciel, o estudo das fronteiras na região do Araguaia, “servem para uma análise das discontinuidades e contrastes das formas de ocupação territorial na região do Araguaia e é com essas referências que os processos migratórios, de colonização, de fixação de populações diversas, inclusive as populações indígenas, na região do Araguaia devem ser compreendidos” (MACIEL, 2003:5).

Buscando analisar o mosaico de características sociais e econômicas presentes no campo, esta pesquisa insere-se na corrente de pensamento da Geografia Agrária que entende, tanto o campesinato, como o latifundiário na lógica do desenvolvimento capitalista. “Essa lógica pressupõem a produção e reprodução ampliada do capital, por isso, é tomada como contraditória e, por principio desigual” (OLIVEIRA, 1990: 63). Alguns autores, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins contribuem para a reflexão da lógica interna do campesinato no seio do capitalismo.

Para esses autores, o desenvolvimento da agricultura capitalista acaba por contraditoriamente impulsionar relações não capitalistas de produção e trabalho, estando essas relações na lógica do próprio desenvolvimento do capitalismo no campo. “Esses processos contraditórios produzem e se reproduzem em diferentes partes do mundo atual, criando, dessa forma, interdependências entre Estados, nações e, sobretudo, empresas de diferentes lugares dos países e do globo” (OLIVEIRA, 2001:40).

Por se tratar de uma dissertação sobre a organização espacial é fundamental entender os processos geradores daquela conjuntura social, que manifesta suas marcas de forma mais clara no território, continuamente transformado e retrabalhado. Como afirma Panizza:

“a ação transformadora do homem sobre a superfície terrestre imprime formas e estruturas, cujo arranjo espacial e evolução temporal denunciam sua gênese e dinâmica. São marcas deixadas pela ação humana na superfície terrestre que permitem indicar os processos geradores daquele espaço. Para um estudo de organização espacial importa o embasamento teórico que possibilite a compreensão de mecanismos geradores de tal organização. A dupla lógica entre o espaço humano e o meio natural revela traços de intervenções horizontais e verticais da ação humana sobre a superfície terrestre. Completando essa abordagem, o entendimento do espaço como um campo de pressões reflete a preocupação com a totalidade, inserindo o local no regional e, eventualmente no global” (PANIZZA, 2004:25).

Na busca de um diálogo com a Antropologia, como forma necessária para a compreensão da gênese de construção do território na Ilha do Bananal, esta pesquisa tem na obra de Toral (1992) seu principal alicerce para o entendimento da sociedade Karajá sob à ótica social e cosmológica, outros trabalhos importantes nessa área para a região da pesquisa são os de Lima Filho (1998) e Maciel(2003). Ter informações sobre a estrutura social daquela população é algo fundamental para entender a formação e construção daquele território; ainda que em muitos aspectos sociais, culturais e mesmo religiosos, esteja havendo um dinâmico processo de mudança.

Com isso, o entendimento da construção do território na Ilha do Bananal encontra-se envolto no élan de um espectro amplo, variado e contraditório de influências sociais, econômicas, culturais e políticas. Num fragmento do espaço temos as mais variadas influencias que se expressam através de redes sociais e econômicas cada vez mais amplas em nível regional e global. Nesse sentido, para Oliveira, a construção do território é “simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e

desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução” (OLIVEIRA, 2001:41).

Metodologia

Pesquisar é uma forma de estar no mundo e poder contribuir para sua transformação, rumando para uma sociedade com justiça social e sustentabilidade. Por ter uma relação próxima com alguns moradores da Ilha do Bananal, especialmente da aldeia de Santa Isabel, esta pesquisa relaciona-se de forma mais próxima com a região e seus moradores e não somente como simples objeto de estudo. Me posiciono como alguém que queira colaborar dando voz aos povos indígenas e oferecendo minha contribuição como geógrafo. De acordo com Cavaliere, “a pesquisa-participante traz muita alegria (e alguma dor). É um sonho que se compartilha e que se realiza, é simplicidade e verdade dos olhares e das demonstrações de afeto. É uma troca de saberes” (CAVALIERE, 2004: 39).

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa se utilizará de diferentes estratégias na leitura da construção daquele território. Serão realizadas entrevistas qualitativas e quantitativas com os diferentes atores sociais da região: lideranças indígenas, autoridades públicas, posseiros, fazendeiros, funcionários da FUNAI e do IBAMA de diferentes escalões, moradores dos municípios da região, enfim toda pessoa ou ator social que possa contribuir nas análises pretendidas. Essas entrevistas serão elaboradas por meio de gravações, filmagens, aplicação de questionários dirigidos e abertos.

Como forma de submeter às concepções teóricas à realidade, terá destaque os trabalhos de campo a serem realizados em regime de vivência dentro da aldeia de Santa Isabel, emblemática para o entendimento do povo e do território Karajá. O caráter enigmático da sociedade Karajá, descrito por autores como TORAL e LIMA FILHO, exigem um ritmo diferente na obtenção de informações dentro desta comunidade, talvez por isso muitos pesquisadores se queixam sobre a dificuldade em se trabalhar com povos indígenas.

Dada a dimensão e a complexidade da área pesquisada, o presente trabalho não abrirá mão do uso de imagens extraídas de sensores remotos feitos na região ao longo das últimas décadas, como uma das formas de se observar a dinâmica de mudança no arranjo espacial do território. A extração de dados espaciais através de sensores e sua integração com o SIG (Sistema de Informação Geográfica) permitem acrescentar níveis complementares de informação que contribuem na construção da análise espacial (RODRIGUES, 2007: 21).

Por fim, terá atenção especial a análise dos documentos sobre os projetos de desenvolvimento econômico realizados por diferentes órgãos públicos, sobretudo após a decretação do Parque Nacional do Araguaia. A análise desse material é importante, pois denuncia possíveis erros e acertos causados pelos poderes públicos na condução de estratégias de desenvolvimento realizadas dentro do território do povo Karajá.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, IBAMA. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia*. 2000.

BUENO, Marielys Siqueira. *Macaúba: Uma Aldeia em contato com a Civilização*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1975.

CAVALIERE, Lúcia. *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*. São Paulo, 2003. 193p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec – Nupaub, 2001.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. 1998. *Pioneiros da Marcha para o Oeste, Memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia* (Tese de Doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.

MACIEL, Ney José Brito. *Identidade e conflito sócio-ambiental entre os Javaé e Karajá da Ilha do Bananal (TO)*. Artigo de Periódico. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.

MARTINS, José de Souza. 1997. *Fronteira, A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Editora HUCITEC.

_____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Lech, 2 ed, 1981.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro – in Novos Caminhos da Geografia Agrária – Ed. Contexto, 1999.*

_____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Geografia Agrária: Perspectivas No Início do Século XXI*. Contexto, 2001.

PANIZZA, Andréia de Castro. *Imagens Orbitais, Cartas e Coremas: Uma Proposta Metodológica para o Estudo da Organização Espacial. Aplicação ao Município de Ubatuba, Litoral Norte do Estado de São Paulo*. São Paulo, 2004. Tese (Doutoramento em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo.

PORTO, José Justino. *Missão adventista entre os karajá de Santa Izabel do Morro: 1980 a 2000*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia, 2009.

RODRIGUES, Daniel Bartkus. *Transformação Espaço Temporal na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar: O Caso do Bairro do Ipiranguinha, Estrada dos Macacos e Morro das Moças no Município de Ubatuba*.

São Paulo, 2007. TGI (Trabalho de Graduação Individual) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo.

SACHS, Inacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável* / org: Paula Y. Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização - Do Pensamento Único à Consciência Universal*. São Paulo: Record, 2000.

STÉDILE, João Paulo. *A questão Agrária Hoje*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade – URGs/ANCA, 1994.

TORAL, André Amaral de. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

4 - TERRAS INDÍGENAS: TERRITÓRIO, CULTURA E ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS

Justificativa

Atualmente, no território goiano, há três grupos indígenas: os Tapuios – Terra Indígena Carretão I e II, localizados nos municípios de Nova América e Rubiataba;

os Karajá – localizados na Terra Indígena Karajá no município de Aruanã e os Avá-Canoeiro, localizados na Terra Indígena Avá-Canoeiro nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul.

É evidente que estes povos viveram e vivem intensos desafios para manterem a existência, uma vez que seus territórios foram e são cenários de inúmeras disputas e conflitos que provocaram a fragmentação dos grupos causando impactos profundos em seu modo de vida.

Para grande parte das sociedades indígenas o território possui conotação sentimental e abstrata de posse, onde as suas terras são sagradas. Seus costumes, suas crenças, suas relações com o sobrenatural apenas são visíveis e concretos pela presença da comunidade naquele lugar. Diferente das concepções indígenas, a terra no contexto do capital, tem sentido voltado ao lucro. Partindo dessa idéia, fica mais fácil pensar hoje o contexto do Cerrado goiano frente ao novo olhar economicista que vem estabelecendo-se fortemente em muitas regiões, reconfigurando, assim, as mudanças recentes ocorridas, onde o surto de desenvolvimento e ampliação da fronteira agrícola tem acelerado nos últimos anos.

O uso e a ocupação do Cerrado do Sul e Norte goiano acontecem em tempos e espaços distintos. No Cerrado do Sul pode-se observar que está havendo uma apropriação com elementos da Ciência, da Técnica, da Informação e da reprodução ampliada do capital. Como o agronegócio cresce aceleradamente em vários lugares, limitando as paisagens em plantações de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão, sorgo, entre outras, afetando sensivelmente o ecossistema e as populações locais que se reorganizam em nome do capital. Enquanto no Norte de Goiás, o agronegócio ainda não se estabeleceu por vários motivos que o inviabilizaram, entre eles o relevo (muito acidentado), e o hidronegócio (representado pela implantação de Usinas Hidrelétricas como a de Serra da Mesa e Canabrava, em Minaçu/Go) que é um forte fator de disputa da água da região.

É nesse cenário de disputas frente a diferentes funções dos espaços (produção, conservação, terras indígenas) que os Karajá e os Avá-Canoeiro vivem. Os Karajá lidam com tensões externas advindas do turismo (Aruanã é a porta do

turismo pelo Araguaia), que muitas vezes coloca o índio como produto exótico e vendável e brigas internas entre as famílias que enfrentam inúmeros problemas. Diante da escassez dos recursos naturais do Cerrado na região que diante da devastação os impede de usufruir e praticar a caça, agricultura, coleta. Assim é necessário intervenção da FUNAI e do Estado na ajuda com bolsa família, por exemplo, para contribuir no mínimo com a alimentação.

Para isso, partiremos da análise espacial atual de suas terras considerando o processo histórico, político e econômico que Goiás se inseriu nos últimos 30 anos.

Área de estudo

Para essa pesquisa foram escolhidos os grupos Karajá e Avá-canoeiro localizados no noroeste e norte goiano. Os Karajá encontram-se na aldeia denominada Buridina, com ascendente crescimento vegetativo, hoje com 267 índios (35 desaldeados) e uma limitação territorial que dificulta a sobrevivência física e cultural do grupo que tem três áreas demarcadas e homologadas e também ocupadas ilegalmente por não-índios. A menor dessas áreas localiza-se no centro da cidade de Aruanã. Os Avá-Canoeiro vivem em Terra Indígena, numa área de 38 mil hectares ainda em processo de homologação, na margem esquerda do rio Tocantins, há 14 Km da jusante da Usina de Serra da Mesa que ocupou 3 mil hectares de suas terras. Perseguidos, ao longo dos séculos, os seis índios que restaram nessa área, Minaçú/Colinas do Sul, encontram-se sob ameaça de extinção.

Objetivos específicos

- Analisar as mudanças no uso e acesso aos recursos da biodiversidade pelos povos indígenas Karajá e Avá-Canoeiro do Cerrado do Noroeste e Norte Goianos;

- Identificar os níveis de inserção destes povos no que se refere aos direitos coletivos relativos ao acesso e utilização dos conhecimentos tradicionais associados à conservação da diversidade. Há um projeto do IPHAN, exemplificando, que visa o tombamento da boneca Karajá como bem do patrimônio imaterial deles; e há projetos de recuperação da área da Terra indígena III;

- Mapear as zonas de tensão e conflitos que permeiam o cotidiano destes dois povos indígenas identificando, nos Karajá, as fontes de abastecimentos das matéria-primas para o artesanato, assim como os lugares ilegais apropriados pelos não-índios; e identificar e mapear nos Avá-Canoeiro a oposição entre o território institucional demarcado, o território de vivência e o território apropriado pela Usina Serra da Mesa.

Problematização

Algumas questões balizam esta pesquisa: Em que medida a demarcação das terras indígenas permitem o desenvolvimento sociocultural e econômico destes povos? Como estes povos concebem, usam e se apropriam da biodiversidade existente no Cerrado? Quais dos elementos existentes no Cerrado são mais importantes no ponto de vista do uso? Como as relações com os não-índios, ou outras etnias, alteram suas práticas de manejo, seus rituais de caça, pesca, agricultura, coleta? Há preocupação e conhecimento por parte dos povos Karajá e dos Avá-Canoeiro concernentes à proteção legal dos conhecimentos tradicionais que possuem sobre a biodiversidade existente em seus territórios e sobre as práticas culturais que lhes são peculiares? Como proteger, reconhecer e valorar os conhecimentos tradicionais destes grupos?

Metodologia

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo. Para sua execução, será necessária a realização de um estudo de caso investigativo e interpretativo. A coleta de informações dar-se-á essencialmente em trabalhos com roteiro de entrevistas organizados na intenção de abrir diálogos com os indivíduos de cada povo. Sabemos das dificuldades em encontrar respostas satisfatórias para precisarmos nossas considerações, desta forma necessita-se de um envolvimento com a comunidade indígena de forma mais duradoura. Concomitantemente ao contato direto com os indivíduos realizaremos um levantamento bibliográfico sobre os traços dos saberes tradicionais inerente aos povos indígenas. E sua relação direta com o uso do potencial da diversidade biológica. Pretende-se ainda investigar os dados dos órgãos envolvidos nesta questão, como ONGs, associações, sindicatos, FUNAI, Furnas, entre outros.

O contato com os grupos por meio de trabalhos de campo proporcionará, de uma forma mais direta, a percepção, reflexão e compreensão das questões propostas. Para que se faça um diagnóstico da situação atual dessas formas de uso serão utilizadas imagens de satélite, fotografias, mapas de uso da terra, juntamente com o cruzamento de dados com as informações obtidas no contato mais íntimo com os povos estudados.

Referência Bibliográfica

LBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Em busca do poético do sertão** In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTIS, Alecsandro JP. (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 284.

_____. **Cultura ecológica e biodiversidade.** In: Revista Mercator, ano 02, n.3. Fortaleza: 2003b, p. 71-82.

AUBERTIN, Catherine. **La biodiversité: une notion en quête de stabilité.** In: AUBERTIN, Catherine (Org.). *Représenter la nature? ONG et biodeversité.* Paris: IRD Éditions, 2005.

_____. **Fronteiras.** Brasília: Editora da UnB, 1988, p. 250.

AUBERTIN, Catherine; PINTON, Florence; BOISVERT, Valérie. **Les marchés de la biodiversité.** Paris: Editions de l'IRD, 2007, p. 272. Brasil, 2002, 5ª edição, 206p.

CASTRO, L. H. R., MOREIRA, A. M., and ASSAD, E. D., 1994. **Definindo padrões espaciais de precipitação no Cerrado Brasileiro.** In: Assad, E. D. (ed.). *Chuvas nos Cerrados: Análise e Espacialização.* Brasília: Embrapa-SPI, 423 p. 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ser educador hoje? Da arte a ciência: a morte do educador.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O educador: vida e morte.* Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Os novos temas e as geografias contemporâneas.** In: *Notas de aula.* Goiânia, 2006, p. 6.

DIEGUES, Antônio Carlos S; ARRUDA, Pinaldo S. V. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** Brasília; MMA, p. 211, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub>>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

DREW, David. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente.** Rio de Janeiro, Ed. Bertrand

FERREIRA, H. D.; BRANDÃO D.; SILVIO, L. O. COSTA D. A. **Levantamento florístico e fitossociológico em duas áreas de cerrado *sensu strictu* - Parque**

Estadual da Serra de Caldas Novas, Goiás. *In:* Acta bot. bras., vl 16, p. 43-53, 2002.

FILOCHE, Geoffroy. **Ethnodéveloppement, développement durable et droit en Amazonie.** Bruxelles: Bruylant, 2007, p. 649.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Administração Executiva Regional de Goiânia/GYN. Setor de Educação e Cultura. 2006. Hetohoky. Apostila. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/indios/bertioga/conteudo.htm>>. Acessado em 15/12/2008.

GONÇALVES, C. W. P. **A invenção de novas geografias.** Niteroi: Território, 2002, p.257-284.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Mapas interativos** (Mapa de Biomas), 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/mapas/>>. Acessado em 15/12/2008.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. **Conservation of the Brazilian Cerrado.** *In:* Conservation Biology Gainesville, v. 19, p. 707- 713, 2005.

LADOUCEUR, Micheline. **As empresas Petroleiras e o assalto às terras indígenas na América Latina: os megaprojetos de gasoduto no Brasil e na Bolívia.** *In:* ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTIS, Alecsandro J. P. (orgs). *Geografia Leituras Culturais.* Goiania: Editora Alternativa, 2003.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental - a reapropriação social da natureza.** Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, R. B. **Natureza: uma categoria do social.** *In:* DUARTE L. M. G.; BRAGA, L. M. S. (orgs). *Tristes Cerrados – sociedade e biodiversidade.* Brasília: Paralelo 15, 1999.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** Dissertação (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

MIZIARA, F; FERREIRA, N.C. **Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no estado de Goiás: subsídios à política ambiental.** In: Ferreira, L.G. (org). *Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável em Goiás. Estratégias, Prioridades e Perspectivas.* Goiânia, SEMARH/Agência Ambiental/Banco Mundial (no prelo), 2007, p. 94-109.

MOTTA, P.E.F; CURI, N; FRANZMEIER, D.P. **Relation of soils and geomorphologic surfaces in the Brazilian Cerrado.** In: OLIVEIRA, P.S; MARQUIS, R.J (org). *The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of a Neotropical Savanna.* Columbia, NY: University Press, 2002, p. 13-32.

MYERS, N; MITTERMEIER, R.A; MITTERMEIER, C.G; DA FONSECA, G.A.B; KENT, J. **Biodiversity hotspots for conservation priorities.** Nature, vl. 403, p. 853-858, 2000.

NORDARI, R. O.; GUERRA, M. P. **Biodiversidade: aspectos biológico, geográficos, legais e éticos.** In: Simões, M.O. et al. *Farmacognosia: da planta ao medicamento.* Florianópolis: Editora da UFSC. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades e transição.** Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0811810011.pdf>> . Acesso em 30/08/2008.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. **Novas fronteiras e populações tradicionais: a construção de espaços de direitos.** In: Revista Eletrônica Ateliê Geográfico. Goiânia, v. 1, n. 2, p.1-26, dez/2007.

PINTON, Florence; EMPERAIRE, Laure. **Agrobiodiversidade e agricultura tradicional na Amazônia: que perspectivas?** In: BURSTYN, M.; SAYAGO, D.; TOURRAND, JF. (orgs). *Amazônia, cenas e cenários*. Brasília: Editora da UnB, 2003, p. 73-100.

PIRES, M. O.; SANTOS, I. M. (orgs). **REDE CERRADOS – Construindo o cerrado sustentável. Experiências e contribuições das ONG'S**. Brasília: Gráfica Nacional, 2000.

RIGONATO, V. D. **A Dimensão sociocultural das paisagens do Cerrado Goiano: o distrito de Vila Borba**. In: ALMEIDA, M. G. (org). *Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidades e singularidade culturala*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

SCHULTES, R. E. **Burning the library of Amazonia**. In: *The Sciences*, March/April, p. 24-31, 1994.

SILVEIRA, José M. F. Jardim da, BORGES, Isaias de C. e BUAINAIN, Antônio Márcio. **Biotecnologia e agricultura: da ciência e tecnologia aos impactos da inovação**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 19 n. 2, abr-jun. 2005, p. 101 – 114. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n2/v19n2a09.pdf>>. Acesso em 30/09/2008.

VILLA REAL, B. **Guia por onde andar – Roteiros turísticos comentados. Nordeste goiano**. Goiânia: AGETUR, SEMARH, 2001.

5 - BIOTECNOLOGIAS, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA ORGÂNICA: IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE DO CERRADO E NOS SABERES LOCAIS

Justificativa

Ao referir-se ao Bioma Cerrado verifica-se o uso da diversidade biológica e a apropriação do conhecimento como base para a produção de novas variedades de plantas e animais adaptadas as condições edafoclimáticas da Região Centro Oeste, objetivando viabilidade técnica, retorno econômico e adequação à demanda do mercado.

Vale considerar que a incorporação da biotecnologia na agricultura implicou em um processo acelerado de substituição da “biodiversidade natural”, presente nas diversas fitofisionomias do bioma Cerrado, pela “biodiversidade artificial” produzida com a utilização da biotecnologia na atividade agrossilvicultora. Ou seja, as lavouras comerciais desenvolvidas pelo agronegócio ou pela agricultura familiar constituem-se em ecossistemas simples, com baixa diversidade de plantas e animais, pois substituíram ecossistemas mais complexos com maior diversidade de tais espécies.

Os avanços das novas tecnologias resultam de pesquisas realizadas por empresas privadas do ramo da produção, comercialização de sementes e insumos agrícolas e por instituições públicas de diferentes países que geram novas variedades e novas espécies de animais e vegetais adaptadas a condições ambientais antes adversas ao cultivo de determinadas espécies. A região Centro Oeste, de clima tropical e de solos ácidos, que antes eram considerados impróprios para a agricultura comercial, tornou-se uma das principais áreas produtoras de grãos e atualmente constitui-se na principal região de expansão do cultivo de cana-de-açúcar, graças a pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA.

A biotecnologia proporcionou ao agronegócio alterações no padrão técnico de produção à custa de maior dependência das tecnologias empregadas e dos insumos necessários ao desenvolvimento das atividades agrossilvopastoris. A agricultura moderna reduz a maturidade do ecossistema e a diversidade de espécies animais e vegetais, e simplifica os “complexos e entrelaçados ciclos de sustentação da vida que em razão disso entram em curto circuito. O exemplo mais

extremo de tal efeito é a conversão dos ecossistemas tropicais em plantações ou fazendas de monocultura”. (DREW, 1986, p. 147).

Verifica-se que os processos de artificialização da biodiversidade nas atividades do agronegócio são implantados em diferentes escalas de produção. O que diferencia são os níveis de incorporação dos conhecimentos tecnológicos que variam desde a utilização das técnicas da agricultura de precisão com produtos resultantes das pesquisas da engenharia genética, até as técnicas mais simples, gerando impactos diferenciados na biodiversidade, nas atividades econômicas, culturais e nos saberes das populações tradicionais.

Esse processo promove gradativamente a incorporação de novos conhecimentos e alteram as práticas agrícolas, as relações sociais de produção e a interação com a natureza das populações tradicionais do Cerrado. Resulta daí uma diferenciação espacial da *agrobiobiodiversidade* em razão dos níveis e da intensidade de incorporação das técnicas de cultivo e criação, apropriadas pelos atores sociais envolvidos no processo produtivo. Manifestam-se, nos discursos e práticas agrosilvopastorism, conteúdos ambientalistas de natureza diversa e representativos das concepções de natureza e biodiversidade dos atores sociais do agronegócio (cana, soja, milho etc) e da agricultura familiar tradicional.

Numa pesquisa dessa natureza, necessário investigar como essas biotecnologias podem fazer o uso econômico e social do Cerrado com impactos ambientais que garantam a sua conservação. Esse Bioma constitui-se em reserva genética como banco natural de genes importantes para a produção de novas espécies de valor comercial.

A questão que procuramos resolver com esta pesquisa é identificar a interferência da biotecnologia na produção e apropriação do território, por meio da análise do agronegócio e da agricultura familiar, nas vertentes da produção convencional (com recursos agroquímicos) e orgânica, bem como entender a interferência que a utilização dos conhecimentos biotecnológicos, nas práticas agrossilvopastoris, têm na preservação da biodiversidade do Cerrado, e quais os impactos decorrentes nos costumes e saberes da população local. Os produtores

ao substituírem a vegetação típica do Cerrado pelas variedades cultivadas, pelo agronegócio e pela agricultura familiar, substituem também os conhecimentos produzidos pela população, em sua interação com a natureza, criando uma biodiversidade “híbrida”.

Área de pesquisa

A pesquisa será realizada no Noroeste Goiano, na Microrregião São Miguel do Araguaia, com foco no município de Crixás. A escolha se deve à existência de aproximadamente 35% da vegetação do Cerrado preservado e à presença de agricultura familiar tradicional com saberes locais preservados e pecuária de corte vinculada a grande propriedade. A outra área constitui-se das Microrregiões Quirinópolis e Sudoeste Goiano, caracterizadas, a grosso modo, como uma região de forte transformação socioespacial induzida pela ação de empresas e instituições ligadas ao agronegócio e com uma especificidade de “biodiversidade híbrida/artificializada”.

Objetivos específicos

- Caracterizar e analisar os sistemas de manejo e as técnicas utilizadas na apropriação do Cerrado pelo agronegócio;
- Analisar como os conceitos de biotecnologia e biodiversidade são produzidos pelos atores do capital e pelos atores locais do Cerrado;
- Levantar e analisar os discursos das empresas agroindustriais sobre a biodiversidade (conservação, preservação e noção) e as práticas efetivas de conservação da biodiversidade.
- Identificar e analisar os impactos da biotecnologia na política bioenergética e no perfil do espaço agrário no Estado de Goiás.

- Levantar e analisar a aplicação da Biotecnologia nas atividades agrossilvopastoris que contribuem para conservação da biodiversidade.

- Identificar e analisar a ação dos atores sociais envolvidos com atividades de agricultura orgânica no Estado de Goiás.

- Analisar as relações sociais e o modo de se relacionar com a natureza derivadas da prática da agricultura orgânica e sua importância para a autogestão e qualidade de vida das comunidades tradicionais e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas.

- Comparar a biodiversidade da biosfera em ambientes de Cerrado conservado e em diferentes cultivares (soja, cana-de-açúcar, milho), destacando a fauna e flora presente nos solos dessas áreas.

- Identificar a biodiversidade híbrida presente nas áreas de plantio ligadas ao agronegócio.

- Propor formas de gestão vinculada aos princípios da agricultura orgânica que contribuam para a recuperação da biodiversidade, dos costumes, dos hábitos e do conhecimento tradicionais da população do Cerrado impactados pela aplicação da biotecnologia.

Problematização

A principal questão que se pretende resolver com esta pesquisa é saber como a aplicação dos conhecimentos biotecnológicos nas atividades agrossilvopastoris impactam a biodiversidade do Cerrado, tanto pela biodiversidade “híbrida” que produz, como pela biodiversidade natural que altera, produzindo diferentes impactos que necessitam ser melhor dimensionados. Outra questão importante é verificar como as populações tradicionais utilizam a biotecnologia e produzem conhecimentos que são utilizados pela ciência para produção de variedades de plantas utilizadas na agricultura e na pecuária. E, por

fim, cabe indagar como a utilização da biotecnologia impacta os conhecimentos e práticas culturais das populações tradicionais do Cerrado.

Metodologia

Para discutir os conceitos de biotecnologias e biodiversidade torna-se necessário um levantamento e análise de referenciais bibliográficos fundados a cerca dos assuntos pertinentes.

Na identificação e caracterização da visão que as populações do Cerrado possuem da biodiversidade sendo resultado de uma cultura particular, será propício o contato direto com tais indivíduos em detenção na apropriação do território, no conhecimento local e conservação. Para o sucesso destes propósitos será cabível a visitação, observação direta e conversas, juntamente com entrevistas organizadas para recolher informações importantes para a pesquisa em instituições oficiais, Ongs, associações, sindicatos ligados diretamente com a promoção dos saberes culturais do Cerrado.

Será útil a colaboração dos órgãos competentes que regem o manejo dos mesmos, colhendo informações, históricos, estatísticas e ainda a forma como são aplicados projetos que visam a harmonia entre as novas formas da tecnologia em contato com a Biodiversidade. Para que se faça um diagnóstico da situação atual das terras serão utilizadas imagens de satélite, mapas de uso da terra, fotos aéreas que sirvam como subsídios na identificação e evolução da expansão das áreas cultivadas, como também de informações censitárias dos últimos dez anos.

A importância da aproximação aos sujeitos que englobam o bioma dessa pesquisa, está intimamente ligada ao fato de poder refletir como os conceitos de biotecnologias e biodiversidade têm sido assimilados na cultura local dos povos do Cerrado.

Levantamento de informações sobre a biotecnologia e biodiversidade nos sites das empresas agroindustriais, visando fornecer subsídios para analisar o teor

dos discursos produzidos e as ações que refletem uma preocupação com a preservação do Cerrado, será realizado. Num segundo momento serão coletadas informações via questionários ou entrevistas semi-estruturadas nas empresas objetos da pesquisa.

Levantamento de informações por meio de entrevista estruturas e semi-estruturadas junto aos atores sociais envolvidos com a agricultura orgânica (ONG's, secretarias municipais, instituições de apoio, agência de fomento e certificadoras e os agricultores).

Referência Bibliográfica

LBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Em busca do poético do sertão** In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTIS, Alecsandro JP. (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 284.

_____. **Cultura ecológica e biodiversidade**. In: Revista Mercator, ano 02, n.3. Fortaleza: 2003b, p. 71-82.

AUBERTIN, Catherine. **La biodiversité: une notion en quête de stabilité**. In: AUBERTIN, Catherine (Org.). *Représenter la nature? ONG et biodeversité*. Paris: IRD Éditions, 2005.

_____. **Fronteiras**. Brasília: Editora da UnB, 1988, p. 250.

AUBERTIN, Catherine; PINTON, Florence; BOISVERT, Valérie. **Les marchés de la biodiversité**. Paris: Editions de l'IRD, 2007, p. 272. Brasil, 2002, 5ª edição, 206p.

CASTRO, L. H. R., MOREIRA, A. M., and ASSAD, E. D., 1994. **Definindo padrões espaciais de precipitação no Cerrado Brasileiro**. In: Assad, E. D. (ed.).

Chuvas nos Cerrados: Análise e Espacialização. Brasília: Embrapa-SPI, 423 p. 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ser educador hoje? Da arte a ciência: a morte do educador**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Os novos temas e as geografias contemporâneas**. In: *Notas de aula*. Goiânia, 2006, p. 6.

DIEGUES, Antônio Carlos S; ARRUDA, Pinaldo S. V. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília; MMA, p. 211, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub>>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

DREW, David. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand

FERREIRA, H. D.; BRANDÃO D.; SILVIO, L. O. COSTA D. A. **Levantamento florístico e fitossociológico em duas áreas de cerrado *sensu strictu* - Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, Goiás**. In: *Acta bot. bras.*, vl 16, p. 43-53, 2002.

FILOCHE, Geoffroy. **Ethnodéveloppement, développement durable et droit en Amazonie**. Bruxelles: Bruylant, 2007, p. 649.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Administração Executiva Regional de Goiânia/GYN. Setor de Educação e Cultura. 2006. Hetohoky. Apostila. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/indios/bertioga/conteudo.htm>>. Acessado em 15/12/2008.

GONÇALVES, C. W. P. **A invenção de novas geografias**. Niteroi: Território, 2002, p.257-284.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Mapas interativos** (Mapa de Biomas), 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/mapas/>>. Acessado em 15/12/2008.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. **Conservation of the Brazilian Cerrado**. In: *Conservation Biology* Gainesville, v. 19, p. 707- 713, 2005.

LADOUCEUR, Micheline. **As empresas Petroleiras e o assalto às terras indígenas na América Latina: os megaprojetos de gasoduto no Brasil e na Bolívia**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro J. P. (orgs). *Geografia Leituras Culturais*. Goiania: Editora Alternativa, 2003.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental - a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, R. B. **Natureza: uma categoria do social**. In: DUARTE L. M. G.; BRAGA, L. M. S. (orgs). *Tristes Cerrados – sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1999.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Dissertação (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

MIZIARA, F; FERREIRA, N.C. **Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no estado de goiás: subsídios à política ambiental**. In: Ferreira, L.G. (org). *Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável em Goiás. Estratégias, Prioridades e Perspectivas*. Goiânia, SEMARH/Agência Ambiental/Banco Mundial (no prelo), 2007, p. 94-109.

MOTTA, P.E.F; CURI, N; FRANZMEIER, D.P. **Relation of soils and geomorphologic surfaces in the Brazilian Cerrado**. In: OLIVEIRA, P.S; MARQUIS, R.J (org). *The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of a Neotropical Savanna*. Columbia, NY: University Press, 2002, p. 13-32.

MYERS, N; MITTERMEIER, R.A; MITTERMEIER, C.G; DA FONSECA, G.A.B; KENT, J. **Biodiversity hotspots for conservation priorities.** Nature, vl. 403, p. 853-858, 2000.

NORDARI, R. O.; GUERRA, M. P. **Biodiversidade: aspectos biológico, geográficos, legais e éticos.** In: Simões, M.O. et al. *Farmacognosia: da planta ao medicamento.* Florianópolis: Editora da UFSC. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades e transição.** Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0811810011.pdf>> . Acesso em 30/08/2008.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. **Novas fronteiras e populações tradicionais: a construção de espaços de direitos.** In: Revista Eletrônica Ateliê Geográfico. Goiânia, v. 1, n. 2, p.1-26, dez/2007.

PINTON, Florence; EMPERAIRE, Laure. **Agrobiodiversidade e agricultura tradicional na Amazônia: que perspectivas?** In: BURSTYN, M.; SAYAGO, D.; TOURRAND, JF. (orgs). *Amazônia, cenas e cenários.* Brasília: Editora da UnB, 2003, p. 73-100.

PIRES, M. O.; SANTOS, I. M. (orgs). **REDE CERRADOS – Construindo o cerrado sustentável. Experiências e contribuições das ONG’S.** Brasília: Gráfica Nacional, 2000.

RIGONATO, V. D. **A Dimensão sociocultural das paisagens do Cerrado Goiano: o distrito de Vila Borba.** In: ALMEIDA, M. G. (org). *Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidades e singularidade culturala.* Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

SCHULTES, R. E. **Burning the library of Amazonia.** In: *The Sciences,* March/April, p. 24-31, 1994.

SILVEIRA, José M. F. Jardim da, BORGES, Isaias de C. e BUAINAIN, Antônio Márcio. **Biotecnologia e agricultura: da ciência e tecnologia aos impactos da inovação.** In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 19 n. 2, abr-jun. 2005, p. 101 – 114. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n2/v19n2a09.pdf>>. Acesso em 30/09/2008.

VILLA REAL, B. **Guia por onde andar – Roteiros turísticos comentados. Nordeste goiano.** Goiânia: AGETUR, SEMARH, 2001.

6 - SUJEITOS NÃO DESEJADOS NO ESPAÇO PLANEJADO: deslizamentos de sentidos nas capitais do cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas.

1. Introdução

As proposições apresentadas neste projeto surgem em 2000 por ocasião do processo da candidatura da cidade de Goiás, junto à Unesco, ao título de Patrimônio da Humanidade.

No seio daquela movimentação – a qual, tivemos a oportunidade de acompanhar *in loco* – que incluía, entre outras coisas, a preparação da cidade e da documentação necessária (relatório técnico, levantamento e identificação dos bens; cartografia e foto-imagem e vários outros itens que devem constar de um pedido de patrimonialização) tentávamos enxergar onde estava a humanidade anunciada pela Unesco e propagada pelos agentes diretos da patrimonialização, considerando que não conseguíamos vislumbrar, na forma e no modo que estava sendo conduzido o processo, onde estariam contemplados as memórias e a história dos escravos e tantos outros sujeitos que ajudaram a edificar e constituir a cidade de Goiás.

Esta inquietação se intensificou quando fomos convidados, pela representante da 14ª Superintendência Regional do IPHAN, a participar do movimento Memória, futura memória, que elaborou o pedido ao IPHAN nacional de tombamento do traçado original de Goiânia. Diga-se de passagem, fomos os poucos, neste grupo, que defenderam o reconhecimento de valores e patrimônios diferentes do acervo arquitetônico e urbanístico oficial.

O nosso entendimento, já naquela época, mais especificamente em 2002, era de que os objetos construídos pelos seres humanos trazem consigo o seu modo de sentir, de perceber, de pensar, de agir, enfim, de integrar e interagir no mundo. Por isso, lutamos para que o tombamento contemplasse o patrimônio imaterial. Queríamos que os participantes percebessem que aquele traçado não era apenas um amontoado de ruas e prédios do século XX, mas a memória viva (coletiva e individual) de vários sujeitos e, por conseguinte, da cidade de Goiânia.

Entretanto o tombamento se baseou unicamente no viés do acervo arquitetônico e urbanístico, ou seja, a forma espacial – Goiânia – mais uma vez estava se (a) sujeitando e os sujeitos se coisificando. Desde então assistimos a uma propagação por meio dos órgãos oficiais e de parte da imprensa, unilateral e

tendenciosa, da história e da memória do processo de construção e ocupação de Goiânia.

Contudo, por saber que este processo é dialético, por conseguinte, não acontece em via única, procuramos um lugar que nos acolhesse e possibilitasse a realização de uma pesquisa que pudesse abarcar tais inquietações. Esta pesquisa resultou na dissertação de mestrado: “Goiânia: o mito da cidade planejada”, defendida em 2009 no IESA-UFG, onde tivemos a oportunidade de detectar:

- a. Que as práticas socioculturais, materiais e imateriais ininterruptamente irão incidir na feição e no conteúdo de qualquer espaço urbano (planejado ou não);
- b. Que as cidades são obras que servem de mediação entre a ação e o sujeitos sociais;
- c. Que por onde o capital passa a tendência é de que quase tudo sofra uma espetacular transformação de conteúdos e significados, visto que: a cidade vira sujeito, o sujeito se ‘coisifica’; as mercadorias adquirirem vida nas relações sociais; a cultura e a memória se transformam em produtos mercadológicos; a subjetividade e o trabalho, alvos de mais-valia; enfim, a vida passa a ser mediada pela capacidade de consumo e não pelas relações sociais. É o exemplo do conceito de fetichismo cunhado por Marx (2008);
- d. Que não há planejamento linear que resista ao movimento cotidiano da vida, pois a cidade, ao se tornar lócus das ações e dos desejos humanos, passa a ser uma aspiração de todos, o que gera contradições , disputa e criação de territórios distintos;
- e. Que as contradições iniciais do processo de implantação de uma cidade, como a segregação espacial e a desigualdade socioeconômica, se alastram na mesma velocidade que o crescimento de sua população;

- f. Que este aumento populacional também gera um amálgama sociocultural ainda mais complexa, por isso, a cidade não pode ter apenas uma única identidade;
- g. Que a memória da cidade é formada pelas várias histórias de vidas que construíram e ocuparam o tecido urbano da cidade;
- h. Que o velho autoritarismo algumas vezes vem travestido de novo e moderno, melhor dizendo, de contemporâneo;
- i. Que os sujeitos não desejados nos espaços planejados, tanto intelectualmente como economicamente, são imprescindíveis para a sua concretização;
- j. Que as cidades são obras humanas, por isso, complexas e cheia de verve.

Todos estes elementos, além de nos municiarem para um melhor entendimento da dinâmica socioespacial de uma cidade planejada, como Goiânia, também nos revelam que quanto mais os espaços são vivenciados mais importantes são para a existência; e quanto mais problemáticos – contraditórios – mais se criam deslocamentos, trajetórias e fronteiras – o espírito das cidades é formado pelo acúmulo de vivências cotidianas – materiais e imateriais.

Acrescentamos aqui a nossa participação na Pesquisa do Mapa Cultural de Goiás, realizado pelo IESA-UFG e pelo Pontão de Cultura República do Cerrado, que nos forneceu elementos que permitiram compreender que é próprio da cultura e de sua função política apetecer a fome de mundo que há no sujeito humano. Ela cumpre esse papel pela via da formação de “crenças enraizadas”. Ou seja, o próprio sujeito – o goiano da tradição ou o goiano que é filho da modernização, por exemplo – possui uma memória arquetipal ou valores registrados no inconsciente, perante os quais ele estabelece a sua visão de mundo que abastece as suas ações sociais.

Essas crenças nem sempre são decodificadas e facilmente enunciadas, uma vez que podem se encontrar nas estruturas morais e do caráter de um sujeito mais que em suas filiações institucionais ou em suas adesões discursivas e

externas. Daí, serem o núcleo de mudança do sujeito, visto que acreditamos ser difícil haver mudanças sociais profundas sem que haja mudança do afeto e do desejo. A raiz cultural de um povo não é facilmente dizimada. As ações dos símbolos possuem fortes laços com a transformação material – ou sociohistórica – do mundo real e a implicação do material no imaterial, e destes no mundo sociohistórico, realiza também a politização do invisível. Ou seja, o sentido político da cultura enseja a criação de uma emoção que fomenta a consciência história e que realiza a percepção dos fundamentos do próprio sujeito que a concebe.

A junção dos pressupostos das duas pesquisas acima relatadas nos permite afirmar que a cultura se revela em qualquer situação; no entanto, a sua interpretação pura e simples, descolada do contexto econômico e histórico da época e do objeto em estudo, acarreta uma interpretação reducionista da realidade. Por esta razão, optamos por estudá-la a partir das representações sociais, das experiências cotidianas das vidas e aliada aos contextos sociais, históricos e econômicos dos diferentes sujeitos sociais que participaram da dinâmica socioespacial das cidades.

A partir deste prisma, é necessário olhar as cidades de diferentes maneiras, buscando perceber que por meio da paisagem podemos identificar os lugares e o cotidiano dos sujeitos. A paisagem é, acima de tudo, seletiva quanto ao nosso afeto e identidade cultural. Ou seja, não é a paisagem do lugar *per si* que nos atrai ou retrai, é o nosso modo de olhar o espaço, muitas vezes egocêntrico e seletivo, que nos aponta para o que queremos como “nosso lugar”.

A paisagem, segundo Santos (2002), representa as ações humanas cristalizadas no espaço. Com isso, ela é movimento. Então, entender a paisagem não é apenas descrever e identificar as questões físicas que a compõem. É, também, saber decifrar suas cores, seus cheiros, suas vozes, seus olhares, enfim, a vida que pulsa e que, muitas vezes, está encoberta pela fumaça refinada da contemporaneidade. Fumaça que, se não formos observadores atentos, pode levar à cegueira e impossibilitar a visão de um espaço que abriga vários territórios e, por conseguinte, múltiplas funções de uso e de ocupação.

Esses pressupostos, que podem nos oferecer elementos para uma análise integrada e mais próxima das realidades existentes no cotidiano desses espaços,

instigaram uma maior reflexão sobre as cidades planejadas e a relação dialética entre a norma e a vida.

Portanto, além de Goiânia, abordada nas experiências de pesquisa mencionada acima, pretende-se analisar outras duas capitais que capturaram o sertão e o norte no julgo da economia global, regional e local, (re) dimensionadas pela nova divisão territorial do trabalho, por isso, cidades estratégicas e com importâncias geopolíticas ligadas à região do Cerrado: Brasília e Palmas.

Essas três capitais, embora planejadas e construídas em períodos diferentes - Goiânia em 1930, Brasília em 1960 e Palmas em 1990- apresentam semelhanças na acumulação da inteligência urbanística e nos interesses políticos e econômicos ligados à expansão da modernização do território. Esse processo, por ser contraditório, promove deslizamentos de sentidos² e reformulam as formas e os conteúdos urbanos destas cidades, o que implica, dentre outras características, a relação dialética entre a norma e a vida. É importante enfatizar que tanto o conceito de deslizamentos de sentidos como o par dialético, norma e vida nos remete a noção de uso em Lefebvre, ou seja, a apropriação dos espaços e tempos pelos diferentes grupos sociais.

Além desses apontamentos, é fundamental considerar os contextos socioespaciais e históricos de cada capital, o que pressupõe uma forte ligação que elas mantêm com suas localização. Isso significa que “a cidade e a região forma um todo inseparável” (BARREIRA, 2009, p.77).

Neste sentido, a escolha das cidades de Goiânia, Palmas e Brasília como recorte espacial da pesquisa dá-se por se tratarem de capitais planejadas no bravo sertão³ do país, por representarem a materialização da expansão do modo

² O termo 'deslocamento de sentidos' foi cunhado por Barthes (2001) no seu livro “A aventura semiológica” para explicar os diferentes usos da relação simbólica entre o objeto e um significado. O uso publicitário do objeto é um exemplo concreto deste recurso, pois “quando se representa uma cerveja não é essencialmente a cerveja que constitui a mensagem, é o fato de ela estar gelada: há neste caso deslocamento. É o que poderia chamar de deslocamento não mais metafórico, mas por metonímia, isto é, por deslizamentos de sentido”.

³ É importante ressaltar que tanto Brasília como Palmas fazem parte do antigo território goiano e segundo Machado (2007), “foram, então, os viajantes estrangeiros que criaram a imagem do ‘Goiás-Sertão’ ao se depararem com uma província em crise após a queda da produção do ouro. Viram apenas um deserto de homens, uma região sem comércio e perspectiva. Os seus olhares acostumados aos padrões da modernidade e progresso, às sociedades em industrialização da Europa, viam em Goiás a imagem do sertão, até mesmo pela enorme distância do litoral. [...] O que se pode afirmar é que essa imagem é quase sempre negativa. O sertão é uma região onde a liberdade é irrestrita, sem sujeição a nenhuma lei, inspirando temor e perigo. Para o senso comum

de produção capitalista via modernização do território, por serem construídas a partir do século XX e por possibilitarem o contato direto com os operários construtores, vez que a cidade mais antiga, Goiânia, tem 76 anos de existência.

Já a escolha dos operários construtores como os principais sujeitos a serem pesquisados ocorre em razão de eles representarem as contradições e as complexidades do processo de construção e ocupação das cidades planejadas, visto que, por mais que o Estado não os quisesse residindo nas cidades, a força de trabalho desses sujeitos foi imprescindível para a materialização de Goiânia, Brasília e Palmas, fato que gerou e ainda gera deslizamentos sentidos na forma e no conteúdo destas cidades.

2. Objetivos

2.1. Geral

Compreender o processo de espacialização dos sujeitos não desejados em capitais planejadas do Cerrado (Goiânia, Brasília e Palmas), a partir dos espaços de sublevação que representam deslizamentos de sentidos dos planos originais e reformulam as formas e os conteúdos urbanos destas cidades.

2.2. Específicos

- Interpretar os fundamentos políticos, econômicos e históricos que deram origem à Goiânia, Brasília e Palmas bem como as suas formações no contexto regional;
- Compreender a inserção e as práticas socioculturais dos operários construtores na dinâmica socioespacial das três capitais;
- Entender o processo de segregação dos operários construtores (sujeitos não desejados) e a formação de espaços de sublevação nas cidades planejadas;
- Analisar os desvios de sentidos e o retorno dos sujeitos não desejados por meio do trabalho, da cultura e das práticas socioespaciais.

o sertão não é um espaço habitável normal, caracterizando-se como um espaço incivilizado”.(MACHADO, 2007 p. 52).

3. Referencial teórico e bibliográfico

Como um livro ou uma obra de arte – que depois do lançamento não é mais propriedade exclusiva do autor, pois se torna passível de intervenção e interpretações de vários outros agentes por meio de seus olhares, críticas, usos e apropriações –, as chamadas “cidades planejadas” também sofrem e passam por esse mesmo processo (PELÁ, 2009).

Planejadas oficialmente, com objetivos e interesses políticos, sociais, econômicos e ideológicos específicos, ao serem construídas são ocupadas e apropriadas por diversos e diferentes grupos sociais conforme as suas necessidades econômicas, socioculturais e espaciais, ou seja, os objetos e ações humanas, na maioria das vezes, estarão carregando múltiplos sentidos e múltiplas funções e, por conseguinte, estão sujeitas à (re)utilização e (re)significação.

Souza e Rodrigues (2004, p.24), ao se referirem ao papel político do planejamento e da gestão urbana, afirmam:

O planejamento e a gestão não são, nunca, “neutros”, uma vez que são expressão de interesses e de pressões de grupos sociais. De fato, a prática do planejamento e da gestão é política por excelência, uma vez que envolve relações de poder, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresas etc. Por outro lado, eles não são, a priori, nem conservadores nem progressistas; eles serão aquilo que os homens e as mulheres fizerem deles.

Entender esse processo é conseguir enxergar que essas cidades, transformadas e (re)adaptadas conforme as necessidades e interesses de cada período, são mais do que um plano original e/ou amontoados de tijolos, concretos, marketing, fluxos de carros e pedestres. Elas representam e carregam as práticas socioculturais, a história da vida, os modos de produção e a espacialidade de diferentes e diversas épocas que estão cravadas e esculpidas na paisagem.

Esta constatação remete à proposição de que as cidades planejadas não são ‘sujeitos’, mas obras que mediam as relações de produção e de consumo da

sociedade capitalista, por isso a incongruência entre o trabalho, a propriedade privada, a gestão e o acesso aos espaços públicos estarão sempre presentes e geram segregação socioespacial e desigualdade econômica.

Entretanto, esta realidade é mascarada de diversas formas, por isso, defende-se romper com o modo fragmentado de pensar a cidade, o que leva à construção de um olhar espacial que permite deparar com o local e o global, com as contradições entre norma e vida, com as interferências das práticas socioculturais no planejamento urbano. Enfim, possibilita uma análise integrada em que teoria e prática, razão e sensibilidade, se complementam, na busca de compreender a construção socioespacial em sua totalidade.

Cabe destacar que é imprescindível, ainda, transcender as amarras da modernidade, que, regida por uma ideologia e, conseqüentemente, por uma prática de predomínio racionalismo, caracteriza-se como período da fragmentação do conhecimento e traz para a ciência e para vida social o rigor quantitativo e a objetividade (HISSA E GERARDI, 2001; MOREIRA, 2000). Essas características – além de fragmentarem o conhecimento, o saber e, sobretudo, o olhar do pesquisador – criaram, ao longo das últimas décadas, posturas antagônicas que promoveram rupturas entre prática e teoria, pesquisa e ensino, ciência e arte, razão e sensibilidade. Harvey (1998) diseca:

Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente, há algumas profundas conseqüências. Para começar, a modernidade não pode respeitar sequer o seu próprio passado, para não falar de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificulta a preservação de todo sentido de continuidade histórica. Se há algum sentido na história, há que defini-lo a partir de dentro do turbilhão da mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos de discussão como o que está sendo discutido. (HARVEY, 1998, p. 22).

As palavras de Harvey (1998) remetem ao sentido imputado pelos ideais de modernidade e à produção e (re)produção do território que é cunhado no fugidio, no efêmero, no fragmentário e no contingente. Por esta lógica, inculca-se

que as cidades planejadas surgiram em um passe de mágica e que não fazem parte de quaisquer processos políticos, históricos e/ou sociais.

Infelizmente o que se presencia é a cominação de uma memória fragmentada e unilateral sobre a construção destas cidades. Uma memória 'oficiosa' e 'tendenciosa' que, ao supervalorizar o patrimônio material em detrimento do patrimônio imaterial, estiliza a ideologia do poder oficial e alija grande parte da memória coletiva dos sujeitos sociais que construíram e ocuparam a cidade.

E a insistência em interpretar estas cidades apenas sob a ótica oficial pode aniquilar a história de grande parte dos sujeitos que foram protagonistas na sua criação, bem como proporcionar uma verdadeira amnésia socioespacial e histórica sobre parte da memória da cidade. Como adverte Abreu (1988),

As classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de "memória urbana", são, eles também, expressões de poder. Como afirmou Foucault (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro. (ABREU, 1988, p. 86).

Le Goff (1994), ao falar das memórias coletivas, faz uma advertência de que dependendo da forma que são utilizadas e/ou registradas podem proporcionar ou a servidão ou a libertação dos sujeitos. Daí a inquietação com o que se tem registrado e difundido oficialmente e historicamente sobre a constituição de Goiânia, de Brasília e de Palmas.

A materialização da expansão do modo de produção capitalista via modernização do território e as características, sobretudo ideológicas, semelhantes às investidas dos desbravadores 'bandeirantes', foram alguns dos fatores que levaram à escolha das três capitais planejadas do cerrado (Goiânia, Brasília e Palmas) para a pesquisa.

O novo foi o desígnio – por isso foi o carro-chefe do discurso e das ações da elite empreendedora – para alcançar a tão almejada ‘civilização’ e progresso do bravo sertão, civilização que simbolizava, ao proporcionar a integração e o desenvolvimento nacional, um modelo de nação a ser construído. Ou seja, é a ideia expansionista do modo de produção capitalista via modernização do território. A seguir um trecho do editorial “Um homem e Uma Obra”, que se refere à criação da cidade de Goiânia, publicado na revista Oeste⁴ em julho de 1943 e que corrobora com esta argumentação:

Pelo papel que está destinada a desempenhar em nossa economia, devido a sua esplendida localização geográfica; pela função social que está exercendo, de integradora de nossos hábitos e costumes [...] pela atuação política, que em consequência de tudo isso vai desenvolvendo, altamente nacionalizante, porque aproximando grupos populacionais variados, que aqui se amalgamam social e biologicamente, possibilita a formação de uma democracia social e biológica, tão da essência do Estado Nacional, Goiânia se situa, no Brasil, como uma cidade ímpar, e o seu fundador adquire, por isso, o relêvo dos gênios. (REVISTA OESTE, 2001, p. 197, reedição).

Percebe-se, assim, uma total inversão de sentidos onde o objeto se transforma em sujeito e o sujeito só é visível no objeto (CHAVEIRO, 2001). Esta assertiva foi sustentada e difundida pela elite dominante e induziu a criação de uma imaginação utópica de que uma cidade moderna e planejada seria capaz de destituir as questões inerentes ao processo de produção capitalista, bem como possibilitar oportunidade real de crescimento econômico e sociocultural de qualquer sujeito que se dispusesse a trabalhar com seriedade e empenho.

A carga simbólica e ideológica que a elite dominante da época, tanto nacional como estadual, instituiu ao significado da edificação de Goiânia – a cidade como causa do desenvolvimento e da civilização – também pode ser percebida na construção de Brasília, conforme explica Oliveira (2005), ao se referir

⁴ A revista “Oeste” foi editada pela imprensa oficial do Governo do Estado de Goiás e circulou entre os anos de 1942 e 1945. Foi reeditada em CD-ROM pela AGEPEL em 2001.

ao plano arquitetônico da nova capital nacional não como um mero projeto urbanístico, mas, sobretudo, um projeto ideológico, político e econômico de nação a ser seguido.

[...] a nova capital, a partir do momento em que foram iniciados os trabalhos de construção, acabaria por ser representada não apenas como cidade moderna, inovadora, necessária etc, mas, sobretudo, como realização capaz de lançar as bases de um país industrializado e integrado, uma vez que estes desejos lastreiam a história da sociedade brasileira. (OLIVEIRA, 2005, p. 27).

Assiste-se, assim, à criação de mitos e/ou fenômenos urbanos em torno das cidades planejadas em terras sertanejas, o que é embasado por uma ideologia da cidade como sujeito. Deste modo, o mito, além de não ter o sentido antropológico clássico (visto que é inexistente o 'mito de cidade planejada e moderna' no universo mítico), fica compreendido como uma fabricação ideológica que visa, entre outras características, validar e enraizar a versão da realidade social desenvolvida pela classe dominante. Como bem diz Ferreira (2007, p. 48), "a ideologia⁵ age como instrumento para fazer destas idéias, idéias universais e, por isso mesmo, idéias dominantes que acabam em esconder os conflitos inerentes à sociedade de classes".

Contudo, na análise da dinâmica espacial destas cidades podemos perceber estes conflitos, conforme explicitam Kran e Ferreira (2006) ao analisarem as desigualdades sociais e a segregação socioespacial de Palmas:

Apesar dos discursos oficiais, que caracterizam a formação de uma cidade planejada e democrática que receberia de "braços abertos" os seus novos ocupantes, o que se viu na formação da cidade, entretanto, assemelha-se bastante aos padrões observados em tantas outras

⁵ Apesar de ter-se ciência e considerar-se extremamente salutar a discussão teórica em torno do conceito de ideologia, não é a intenção, neste trabalho, contemporizar o debate. Busca-se, apenas, esclarecer que o matiz teórico no qual se embasa o conceito de ideologia é a marxista. Nesta acepção a ideologia – além de ser um conceito intrinsecamente ligado ao da luta de classes e da divisão social do trabalho – é um dos mecanismos de poder criados pelas classes dominantes que visam construir e disseminar uma falsa representação da realidade, por conseguinte, uma consciência social que a aceite e a legitime. Acredita-se, no caso, que tal visão se aplica ao processo de constituição e ocupação do território goianiense, uma vez que o espaço urbano é fruto e reflexo das relações de produção e (re)produção social; ou seja, como se mostrará no decorrer do trabalho, Goiânia foi e é um território em disputa.

idades brasileiras e latino-americanas. [...]Desta forma, em Palmas, diferentemente dos padrões de outras cidades-capitais, cujo processo de exclusão sócio-espacial e periferização decorre da expansão desordenada e não planejada do tecido urbano e por pressões posteriores do mercado imobiliário, similarmente ao que ocorreu no Distrito Federal, a expansão periférica e a segregação sócio-espacial foram instituídas pelo próprio poder público, num processo legitimado através de legislações urbanísticas, de políticas de ocupação e, indiretamente, pelos investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos. (KRAN E FERREIRA, 2006, p. 124).

Esta assertiva demonstra as contradições do processo de construção de Palmas e Brasília. Contudo, não são apenas as questões ligadas ao capital que definem as relações socioespaciais vivenciadas na construção destas cidades planejadas; outras condutas também costumavam deslizar e conflitos entre norma e vida que podem ser enxergados nas práticas socioculturais dos diferentes sujeitos que a habitam. Exemplo disso são as manifestações cultural-religiosas e/ou as festas de origens rurais e nordestinas que estão migrando para estas capitais, como a Folia de Reis em Goiânia e a Festa Piauí em Brasília.

Esses eventos podem ser analisados de diferentes formas, como a sua utilização mercadológica, a cooptação pelo marketing cultural, como uma “válvula de escape” dos menos favorecidos (DEL PRIORE, 2000), ou, como argumenta Davis (1990, p. 87), como “forma de perpetuar certos valores da comunidade (até garantindo sua sobrevivência) e, por outro, fazer a crítica da ordem social”. Ou seja, independentemente da posição teórico-metodológica, estas manifestações são representações socioculturais dos diferentes sujeitos que compõem a cidade, por conseguinte, importantes instrumentos de pesquisa para “conhecer melhor a coletividade” e empreender uma análise que contemple tempo-espço, paisagem-cultura, tradição-modernidade. Sobre as representações, Almeida (2003) explica que

É através de um conhecimento das representações das pessoas que é possível captar todas a riqueza de valores que dão sentido aos lugares de vida dos homens e mulheres; pelas representações também é possível entender a maneira que as pessoas modelam as paisagens e nelas afirmam suas esperanças. (ALMEIDA, 2003, p. 71).

E é exatamente por meio da vida, ou seja, das representações das práticas socioculturais dos operários construtores destas três capitais que se pretende evidenciar que apesar da força econômica, política, ideológica e, até mesmo, da indústria cultural da elite hegemônica existem espaços de sublevação e que no seu processo de constituição, pode-se perceber, de uma forma ou outra, que eles penetram nas vísceras da oficialidade e alteram as formas e conteúdos destas cidades e dos sujeitos que nelas habitam.

A vida com as suas armas secretas e invioláveis – como a bagagem sociocultural trazida pelos migrantes, as necessidades de (re)existência e de poder, o desejo de (re)territorialização, a potência da criatividade – consagra a sua marca e a sua presença, tecendo o espaço como vivência coletiva. Souza e Rodrigues (2004, p.10) explicitam esta questão ao falarem que

nomes como Racionais MC's, MVBill, GOC, Apolcalipse 16, 509-E, entre outros, não são estranhos a muitos jovens das nossas grandes cidades, principalmente os dois primeiros. Apesar de haver tantos exemplos que as favelas e as periferias [espaços de sublevação] produzem cultura, do samba ao hip-hop (sem contar a mão-de-obra barata que lá vive e que ajuda a sustentar com seu suor a economia urbana...), cada vez mais a classe média sente, principalmente em relação às favelas, uma mistura de temor, indiferença e preconceito.

Essa dialética entre cultura, trabalho e práticas socioespaciais aliada ao processo contraditório do sistema capitalista ao mesmo tempo em que torna os espaços urbanos complexos e em territórios disputados, outorga aos menos favorecidos – como os operários construtores das cidades de Goiânia, Brasília e Palmas – o direito, “de fato”, de se (re)territorializarem, considerando que, apesar das dificuldades, contradições e desigualdades, são estas prerrogativas que, congregadas ao desejo de prosperidade e à necessidade de melhores condições de vida, os constituem sujeitos de suas histórias e, conseqüentemente, da história dessas cidades.

Sabe-se que a complexificação dos espaços urbanos é um assunto debatido não apenas pela geografia, mas por diversas áreas do conhecimento. Alguns tendem a defender a idéia de caos, descontrole total, ingovernabilidade espacial, territorial, fim das utopias etc. A cidade é, por excelência, a expressão dessa complexidade. E a noção de sujeito fragmentado, defendido por Rolnik

(1989), assegura a idéia: os tempos do mundo ao atravessarem os sujeitos mediante símbolos espúrios distanciam o indivíduo de si mesmo, fraturam-no e os coloca numa defasagem de existência. Promovem um desenraizamento.

E a cidade toda como espaço trânsfugo, caótico, transbordante, alucinante, delirante, sofre, na perspectiva dessa leitura, uma representação de que apenas “é um nome sem forma”, ou um nome com mil formas em movimento. O bordado das paisagens de sua gente e de sujeitos de fora, a luta renhida e absurda pela vida, a aglomeração de tantos objetos, signos e símbolos não formam unidades de significação. É, de fato, uma geografia disparatada.

Outra leitura, num viés oposto, tem dado conta de que a cidade cumpre um papel: atualizar no lugar o tempo do mundo; apresentar para o mundo, a partir de seu lugar, o que é do local. Sendo assim, a cidade medeia a inovação com as coisas do lugar. E o faz expressando os problemas do modo de produção, como o desemprego estrutural, os problemas ambientais, a fome, a violência etc. Por isso, não há caos, há contradições que fazem parte de um ordenamento social (LEFEBVRE, 1991).

A partir destes pressupostos pode-se afirmar que as contradições e complexidades desta atual fase espacial do Brasil não devem ser tratadas como caos, mas sim com uma importante condição de (re)invenção da vida e/ou de resistência, fato que nos permite asseverar que a cidade é uma obra humana, o lugar do encontro e do confronto, por conseguinte, é um território em disputa.

Por isso é preciso compreender que existem múltiplas forças que levam à criação das cidades e que as apropriações de seu espaço, seu uso e desuso constituem diferentes territórios. Nesse sentido, o espaço urbano é mais que um palco onde se manifestam e se acomodam as relações humanas. Ele se transforma em território constantemente disputado por diversos grupos sociais que misturam suas territorialidades na estrutura deste espaço, constituindo elementos sociais que se cristalizam no tempo e no espaço.

Esta disputa é travada pelos diferentes sujeitos sociais e se materializa na feição e no conteúdo dos espaços urbanos (a paisagem) em forma de objetos. E estes objetos, como bem elucida Barthes (2001) ao se referir à sua semântica, são o homem agindo sobre o mundo, modificando o mundo, estando no mundo de

maneira ativa; o objeto é uma espécie de mediação entre a ação e o homem e, portanto, não é inócuo, sempre fornece sentidos.

Nessa perspectiva é que se propõe este projeto de pesquisa cujo objetivo principal é compreender o processo de espacialização dos sujeitos não desejados em capitais planejadas do Cerrado (Goiânia, Brasília e Palmas), a partir dos espaços de sublevação que representam deslizamentos de sentidos dos planos originais e reformulam as formas e os conteúdos urbanos destas cidades.

4. Metodologia

O desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se na perspectiva qualitativa, visto que os seus métodos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e de difícil quantificação. Segundo Patton (1980) e Glazier (1992), a pesquisa qualitativa permite descrições detalhadas de fenômenos, o uso de citações diretas de pessoas, de suas experiências, de trechos de documentos, registros, correspondências e transcrições de entrevistas e discursos, bem como proporciona dados com maior riqueza de detalhes e profundidade.

Esse paradigma de pesquisa permite a análise da dinâmica socioespacial via ação dos sujeitos, ou seja, de suas representações sociais que são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, que têm uma visão prática e concorrem para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, fato que possibilitará, conforme esclarece Almeida (2001), entender a maneira que os sujeitos modelam as paisagens e nelas afirmam suas esperanças, por conseguinte, captar toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares de vida dos homens e mulheres.

Sendo assim, a pesquisa terá como concepção a noção de que a realidade é intrínseca ao sujeito que, por sua vez, se define em suas diversas ações. Considera que os componentes objetivos são subjetivados e estes recebem a força sociohistórica sintetizada no espaço como prática.

Almeja-se com essa compreensão estabelecer uma relação de diálogo com a realidade, uma vez que, de um lado o sujeito que pesquisa determinará o seu olhar movido por suas intenções e possibilidades, e, do outro, os sujeitos que são

pesquisados deverão compor, ativamente, o olhar do pesquisador. Desse modo será estabelecido, de fato, uma relação dialógica entre pesquisador e pesquisado e, de efeito, possibilitará uma contribuição mútua entre ambos.

As entrevistas, as observações, o mapeamento, o diagnóstico vivencial serão aportes dessa relação. A observação participante, a entrevista intensiva e a interação constante entre pesquisador e pesquisado acontecerão por meio de avaliações constantes do andamento da pesquisa.

5. Principais questões

As principais questões levantadas para a pesquisa são: que as três capitais planejadas do Cerrado, apesar de serem construídas em décadas e períodos diferentes - Goiânia em 1930, Brasília em 1960 e Palmas em 1990 – têm em comum os seguintes pontos: representam a materialização do processo de desenvolvimento do capitalismo via modernização do território; foram criadas sob a égide da modernidade e embasadas por um discurso ideológico muito forte; e por último, não haviam espaço planejado para os trabalhadores construtores, mesmo sendo primordial a mão de obra deles para a suas construções. E é exatamente daí que vem a hipótese de que estes trabalhadores construtores além de representar a contradição do modo de produção vigente, também representam o deslizamento de sentidos via práticas socioculturais, pois mesmo não possuindo espaços planejados eles, por meio do trabalho e da (re)existência, entram neste universo/espaço estabelecendo relações que alteram a forma e o conteúdo destas cidades.

Contudo, é pertinente desenvolver uma pesquisa que possa revelar as suas imaterialidades; os encadeamentos das práticas socioculturais dos operários construtores das cidades de Goiânia, Brasília e Palmas que promoveram e promovem deslizamentos de sentidos reformulando as formas e os conteúdos urbanos destas cidades; as manifestações cultural-religiosas e/ou as festas de origens rurais e nordestinas nas três cidades que demonstrem o contraponto em norma e vida como atributos da prática espacial urbana no período atual; a cartografia entrelaçada da migração do trabalho, a decodificação dos fundamentos políticos e econômicos que deram origem às três cidades; e, por fim, as

influências socioculturais e ideológicas dos operários construtores na dinâmica socioespacial local, regional e nacional, razões que nos leva a uma atitude de escuta, ou seja, de ouvir estas cidades falarem de si mesmas.

É importante ressaltar que estas proposições ainda são iniciais, uma vez que a pesquisa para a tese de doutoramento se iniciou em março de 2011.

6. Referências bibliográficas

ABREU, M. de A. *Sobre a memória das cidades*. Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, Vol. XIV, Porto, 1998, 77-97 p.

ALMEIDA, M.G. (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Ed. Vieira, 2003.

BARREIRA, C.C.M.A. Relatório Técnico Final do projeto: Fragmentação das cidades-regiões na dinâmica espacial goiana: o entorno do DF e Goiânia. Edital: MCT/CNPq 02/2006 – Universal. Número do processo: 485379/2006-6. Goiânia:2009.

BARTHES, R. *A Aventura Semiológica*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CHAVEIRO, E. F. *Goiânia: uma metrópole em travessia*. 2001. 321 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2001.

DAVIS, Natalie. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (1ª. reimpressão).

FERREIRA, J.S.W. *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Unesp; Salvador: Anpur, 2007.

FILHO, M.F.L.; MACHADO, L. A. (Org.). *Formas e tempos de cidade*. Goiânia: Cãnone Editora; Ed. UCG, 2007.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- GERARDI, L.O.; HISSA, C. E. V. *Imagens da Geografia Contemporânea: Modernidade, Caos e Integração dos saberes*. In: GERARDI, L. de O.; MENDES, I. A. (Org.). *Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de Geografia contemporânea*. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teorética, 2001. 7-20 p.
- GLAZIER, J. D. & POWELL, R. R. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992. 238 p.
- GONÇALVES, A.R. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.
- KRAN, F. e FERREIRA, F.P.M.. *Qualidade de vida na cidade de Palmas - TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos*. *Ambient. soc.* [online]. 2006, vol.9, n.2, 123-141 p.
- LE GOFF, J. *Memória in: História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, 423-483 p.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Ed. Ática, São Paulo, 1991.
- _____. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Faria. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACHADO, L.A. *Uma cidade no sertão*. In: FILHO, M. F. L.; _____. (Org.). *Formas e tempos de cidade*. Goiânia: Cãnone; Ed. UCG, 2007. 49-88 p.
- MASSEY, D. *Um sentido Global do Lugar*. In: Arantes, A. (Org.). *O espaço da diferença*. SP: Papirus, 2000, 177-185 p.
- OESTE, REVISTA MENSAL. Goiânia: Agepel, 2001-CD-ROM.
- OLIVEIRA, M. *Brasília: o mito na trajetória de nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation methods*. Beverly Hills, CA: Sage, 1980. 381p.
- PELÁ, M. C. H. *Mapa Cultural de Goiás*. Ateliê Geográfico, v. 2, 162-168 p., 2008. Disponível em: < [http:// www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/issue/view/518](http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/issue/view/518) >. Acessado em: 09/12/2008.

_____.Goiânia: o mito da cidade planejada. Dissertação (Mestrado) – 2009, UFG, Goiânia.

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____.*Pensando o espaço do homem*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *O tempo nas cidades*. Ciência e Cultura, São Paulo, n. 2, 21-22 p., out./dez. 2002.

SOUZA,M.L e RODRIGUES,G.B. *Planejamento urbano e ativismo social*. São Paulo:

II- INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PARTICIPANTES

A) Programas: A presente proposta integra, de forma especial, dois Programas de Pós-Graduação em Geografia:

1. Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, aqui caracterizado como o programa proponente (não consolidado).

- Cursos de Mestrado em geografia – conceito (última avaliação da CAPES – **OBS. O curso iniciou neste ano de 2011, portanto não teve avaliação pela CAPES ainda**)

- **Área de Concentração:**

- DINÂMICA GEO-TERRITORIAL e GEO-AMBIENTAL

-

Descrição/Caracterização: Ao eleger como área de concentração **Dinâmica Geo-Territorial e Geo-Ambiental**, o programa de Mestrado acadêmico em Geografia da Universidade Federal do Tocantins objetiva tratar da problemática territorial, em suas vertentes principais: **a geo-ambiental**, na qual se articulam os processos da natureza e as ações e práticas sociais; e **a geo-territorial**, na qual se inter-relacionam o político, o econômico, o social e o cultural; ambas contribuindo para o ordenamento e o re-ordenamento do território e do espaço geográfico. Trata-se da sistematização de uma gama de conhecimentos geográficos em uma grande área de concentração, que, por sua vez, viabiliza a ampliação da pesquisa científica em Geografia.

- **LINHAS DE PESQUISA:**
- **: ESTUDOS GEO-TERRITORIAIS**
- Área de concentração a que se vincula: **DINÂMICA GEO-TERRITORIAL e GEO-AMBIENTAL**
- Descrição/Caracterização: A presente linha de pesquisa, num contexto de interação entre as múltiplas dimensões do território e do espaço, propõe-se a analisar as dinâmicas agrárias e urbanas, os processos de regionalização e a dimensão cultural do espaço, destacando a abordagem das formas, dos processos e das estruturas territoriais e espaciais criadas pela ação humana no agrário, no urbano e no regional, bem como a dimensão da cultura na dinâmica geo-territorial e geo-espacial.
-
- 2- Nome: **ANÁLISE E GESTÃO GEO-AMBIENTAL**
- Área de concentração a que se vincula: **DINÂMICA GEO-TERRITORIAL e GEO-AMBIENTAL**
- Descrição/Caracterização: Esta linha de pesquisa vai ancorar seus estudos e pesquisas na área do meio ambiente, na qual se articulam os processos da natureza e as ações e práticas sociais. Assim, desenvolverá pesquisas em climatologia geográfica, processos geomorfológicos e geológicos, geoecologia e estudos da paisagem, estudos e ensino sobre os solos, estudos dos ecossistemas e biomas existentes no país, todos sob a ótica geo-ambiental e de suas respectivas gestões.

Caracterização do Curso

a)- Nível do curso: MESTRADO ACADÊMICO

b)- Nome: GEOGRAFIA

c)- Objetivos do curso e Perfil do Profissional a ser formado:

Entre os objetivos do mestrado cabe destacar: a expansão e desenvolvimento da pesquisa qualificada e de nível elevado na UFT; atender uma demanda reprimida de egressos do bacharelado e licenciatura em geografia na UFT e demais IEs da região; formação de quadros qualificados em pesquisa e gestão demandados pelas universidades, pelos órgãos públicos e demais interessados; aprofundar as pesquisas em geografia na UFT visando ampliar o conhecimento do Estado e do País, para fins científicos e sociais, buscando um melhor aproveitamento de suas potencialidades e conhecimento de suas fragilidades; ampliar e aprofundar o debate teórico e metodológico na geografia produzida no estado do Tocantins; e, via pesquisa, dar visibilidade aos diferentes sujeitos sociais envolvidos na dinâmica geo-territorial e geo-ambiental do estado.

O perfil do profissional a ser formado buscará a formação de pesquisadores críticos na área de concentração e nas linhas de pesquisa do Programa, bem como a preparação de docentes para o ensino superior da ciência geográfica e de profissionais para atuar nos campos de aplicação da Geografia no planejamento e na gestão ambiental, agrária, urbana e regional.

d)- Tempo de duração: 2,5 ANOS

e)- Total de Créditos para titulação: 34 CRÉDITOS

Disciplinas: **24,0 créditos (8 créditos OBRIGATÓRIAS e 16 créditos ELETIVAS)**

Outras Atividades Acadêmicas : **10 créditos (Dissertação: 5 créditos e Seminários/Publicações 5 créditos)**

f)- Periodicidade da Seleção: ANUAL

1. **IESA/Universidade Federal de Goiás (UFG)**, aqui caracterizado como o programa consolidado.
 - Curso de Mestrado e Doutorado – conceito 5 e 5 (última avaliação da CAPES)
 - Áreas de concentração: Natureza e Produção do Espaço
 - Linhas de pesquisa:
 - Dinâmica socioespacial: urbana, agrário, regional e ambiental;
 - Espaço e práticas culturais.
 - O Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia tem como área de concentração Natureza e Produção do Espaço. Esta área de concentração ampara a busca em interpretar, a partir do pensamento geográfico – e de suas ferramentas - as configurações territoriais e socioambientais em diferentes escalas. Considera-se, neste pleito, o papel desempenhado por diferentes atores como os movimentos sociais, políticos e culturais que ocorrem e se desenvolvem o espaço geográfico.
 - O programa objetiva decisivamente contribuir para a formação de docentes, pesquisadores e recursos humanos especializados no campo de abrangência proposto e de áreas que desenvolvem a pesquisa territorial, enriquecendo a capacidade de investigação do território nacional e daí, possibilitar uma maior lucidez na intervenção do uso do território e na produção do espaço. Compreende o objetivo do programa a atuação de seus membros na pesquisa avançada e no magistério superior; na formação para desenvolver atividades de planejamento territorial e ambiental, junto a instituições governamentais e não governamentais; a criação de alternativas que fomentem novos modos de desenvolvimento nacional e regional baseando-se em visões integradas entre atores, setores, informações e idéias; o desenvolvimento de estudos que contemplem a relação unitária entre a sociedade e a natureza, observando as diferentes escalas e

abordagens, primando pelo respeito à pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas.

Deve-se destacar os laboratórios notadamente o LAGENTE (laboratório de Estudos de Gênero, étnico-raciais e espacialidades), O LEPEG (laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica), LAPIG (laboratório de processamento de informações geográficas), CIPGEO (Centro integrado de pesquisa em gestão e ordenamento territorial), LABOGEF (laboratório de Geografia física), LABOTER (Laboratório de estudos e pesquisas em dinâmicas territoriais), MULTIGEO (laboratório multidisciplinar de Geografia, LAGEOAGRÁRIA (laboratório de Estudos e pesquisas em espaço agrário).

B) Informações dos grupos de pesquisa participantes

1. Programa não consolidado: Universidade Federal do Tocantins

- Pesquisadores com vínculo empregatício com a UFT:
- **9 – Corpo Docente**
-
- 9.1-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 212.209.051-00
- Nome: ELIZEU RIBEIRO LIRA
- IES a que se vincula o docente: Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 HS
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador?
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto 2
- Depto.: Geografia

- Início: 2003
-
- Titulação:
- Nível: Doutorado
- Ano: 2005
- IES: UNESP/P.Prudente SP
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira
- Área de Titulação: Doutor em Geografia
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado:0
- Mestrado:04
- Especialização: 03
- Iniciação Científica:05
- Trabalho de Graduação: 33
-
- Experiência profissional não acadêmica:
- Presidente por dois mandatos consecutivos da ONG Pote de Barro com sede em Porto Nacional-TO
-
-
- 9.2-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 833.164.771-87
- Nome: FERNANDO DE MORAIS
- IES a que se vincula o docente: Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 horas
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador?
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto 1

- Depto.: Geografia
- Início: 30/04/2010
-
- Titulação:
- Nível: Doutorado
- Ano: 2007
- IES: Universidade Federal de Ouro Preto
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: Luis de Almeida Prado Bacellar
- Área de Titulação: Geologia Ambiental e Conservação de Recursos Naturais
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 0
- Especialização: 0
- Iniciação Científica: 0
- Trabalho de Graduação: 02
-
- Experiência profissional não acadêmica: Não
- 9.3-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 757.837.386-20
- Nome: KELLY CRISTINE FERNANDES DE OLIVEIRA BESSA
- IES a que se vincula o docente: Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40hs
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20hs
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador?
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto 1
- Depto.: Geografia
- Início: 2008

-
- Titulação:
- Nível: Doutora
- Ano: 2007
- IES: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: Roberto Lobato Corrêa
- Área de Titulação: Geografia
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 0
- Especialização: 2
- Iniciação Científica: 3
- Trabalho de Graduação: 3
-
-
- 9.4-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 694.380.211-91
- Nome: JOSÉ RAMIRO LAMADRID MARON
- IES a que se vincula o docente: Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 hs
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20 hs
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador?
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto III
- Depto.: Pedagogia
- Início: 2003.
-
- Titulação:
- Nível: Doutor

- Ano: 1992
- IES: Universidade de Havana
- País de origem do orientador: Cuba
- Nome do orientador: Dr. Laureano Olbera Hernández
- Área de Titulação: Geologia
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 6
- Especialização: 4
- Iniciação Científica: 6
- Trabalho de Graduação: 28
-
- Experiência profissional não acadêmica:
- Bolsista CNPq para os trabalhos de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Tocantins.
-
-
- 9.5-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 024086296-16
- Nome: LUCAS BARBOSA E SOUZA
- IES a que se vincula o docente: Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 horas
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20 horas
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador?
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Professor Adjunto II
- Depto.: Geografia
- Início: 2004
-
- Titulação:

- Nível: Doutor
- Ano: 2006
- IES: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Rio Claro (SP).
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: João Afonso Zavattini
- Área de Titulação: Geografia (Análise da Informação Espacial)
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 1
- Especialização: 2
- Iniciação Científica: 0
- Trabalho de Graduação: 14
-
- Experiência profissional não acadêmica: Não
-
-
- 9.6-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 086.517.478-45
- Nome: LÚCIO FLAVO MARINI ADORNO
- IES a que se vincula o docente: Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 hs
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20 hs
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador?
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto III.
- Depto.: Engenharia Ambiental
- Início: 2003.
-
- Titulação:

- Nível: Doutor
- Ano: 2000
- IES: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- País de origem do orientador: Portugal
- Nome do orientador: Julia Adão Bernardes
- Área de Titulação: Geografia
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 7
- Especialização: 3
- Iniciação Científica: 9
- Trabalho de Graduação: 14
-
- Experiência profissional não acadêmica: Não
-
-
- 9.7-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 378.129.041-72
- Nome: ROBERTO DE SOUZA SANTOS
- IES a que se vincula o docente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 hs
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20 hs
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador:
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto 2
- Depto.: Geografia
- Início: 2006
-
- Titulação:
- Nível: Doutor

- Ano: 2006
- IES: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Rio Claro/SP
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: Archimedes Perez Filho
- Área de Titulação: Geografia
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 1
- Especialização: 6
- Iniciação Científica: 2
- Trabalho de Graduação: 17
-
- Experiência profissional não acadêmica: Não
-
-
- 9.8-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 75316935004
- Nome: ROSANE BALSAN
- IES a que se vincula o docente: Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 HS
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20 hs
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador?
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto 1
- Depto.: Geografia
- Início: 2008
-
- Titulação:
- Nível: Doutora

- Ano: 2006
- IES: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Rio Claro/SP
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: Lucia Helena de Oliveira Gerardi
- Área de Titulação: Geografia
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 0
- Especialização: 0
- Iniciação Científica: 1
- Trabalho de Graduação: 11
-
- Experiência profissional não acadêmica: Não
-
-
- 9.9-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 167.602.668-11
- Nome: VALÉRIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA
- IES a que se vincula o docente: Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 HS
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20 hs
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador?
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto 1
- Depto.: Geografia
- Início: 2008
-
- Titulação:
- Nível: Doutora

- Ano: 2008
- IES: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - P.Prudente/SP
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: Eda Maria Góes
- Área de Titulação: Geografia
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 0
- Especialização: 1
- Iniciação Científica: 1
- Trabalho de Graduação: 1
-
- Experiência profissional não acadêmica: Não
-
-
- 9.10-
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 984.039.319-72
- Nome: JOSÉ PEDRO CABRERA CABRAL
- IES a que se vincula o docente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 hs
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20 hs
- Docente Permanente? Sim
- Docente Colaborador:
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: Adjunto 1
- Depto.: Geografia
- Início: 2008
-
- Titulação:
- Nível: Doutor

- Ano: 2006
- IES: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: Werner Altmann
- Área de Titulação: História
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 0
- Mestrado: 0
- Especialização: 7
- Iniciação Científica: 2
- Trabalho de Graduação: 11
-
- Experiência profissional não acadêmica: Não
-
-
- 9.11
- Tipo e Número do Documento: CPF nº 201.301.128-87
- Nome: ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA
- IES a que se vincula o docente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Horas de dedicação Semanal à IES: 40 hs
- Horas de dedicação Semanal ao Programa: 20 hs
- Docente Permanente? SIM
- Docente Colaborador:
- Dedicção Exclusiva? Sim
- Cargo/Nível: PSVN - CAPES
- Depto.: Geografia
- Início: 2010
-
- Titulação:
- Nível: Doutor
- Ano: 1979

- IES: Universidade de São Paulo - USP
- País de origem do orientador: Brasil
- Nome do orientador: Pasquale Petrone
- Área de Titulação: Geografia Humana
-
- Experiência de Orientação concluída:
- Doutorado: 37
- Mestrado: 44
- Especialização: 0
- Iniciação Científica: 0
- Trabalho de Graduação: 35
-
- Experiência profissional não acadêmica:
- - Orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP - Campus de Rio Claro/SP - por 5 anos.
- - Orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP - Campus de Presidente Prudente/SP - por 20 anos.
- - Orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - FFLCH - USP a 30 anos.
-

C) Infra-Estrutura das Instituições Participantes

– Infraestrutura Administrativa e de Ensino e Pesquisa

a)- Laboratórios/Núcleos de Pesquisa

O Programa de Pós-Graduação em Geografia contará com quatro (4) laboratórios e dois núcleos de pesquisa, a saber:

a1)- Laboratório de Análises Geo-Ambientais-LGA:

Coordenadores: Prof. Dr. Fernando Moraes

Descrição:

Área física: 52m²

Equipamentos disponíveis: 5 computadores completos (CPU, monitor, kit multimídia, teclado e mouse, com estabilizador), em rede Internet; 1 impressora multifuncional, com scanner; máquina fotográfica digital, cartão de memória de 4gb, 4 GPS, 1 agitador eletro-magnético, 2 balanças eletrônicas, 1 Barrilhete de PVC, 1 destilador de água, 6 Escalímetros, 6 escovas, 1 eletroresistivímetro, 1 Estufa microprocessada de secagem, 6 espátulas, 1 fundo para peneiras, 2 paquímetros, 11 peneiras, 10 pranchetas A4, 7 pluviômetros, 2 provetas, 4 tensiômetro com vacuômetro, 16 termo-higro digital, 1 trado helicoidal, tripé profissional e suportes para pluviômetros.

Equipamentos permanentes (1 mesa para reunião, com 6 cadeiras, 3 armário, 5 mesa para computador, com 5 cadeira giratória, 3 escrivaninha, com 3 cadeira giratória);

Projetos de pesquisa alocados:

- O clima de Porto Nacional (TO): abordagem genética e perceptiva em Climatologia – coordenador Prof. Dr. Lucas Barbosa e Souza

- Avaliação e quantificação dos condicionantes antrópicos e físicos na infiltração e recarga de aquíferos de área do embasamento cristalino, Alto Rio das Velhas/MG – coordenador Prof. Dr. Fernando Moraes

- Caracterização Física das Cavernas da Porção Centro-Sul do Estado do Tocantins – coordenador Prof. Dr. Fernando Moraes

- Geoecologia das paisagens: Impactos ambientais – coordenador Prof. Dr. José Ramiro Lamadrid Marón

- O turismo e o lazer em Tocantins: do capim dourado até o lago –
coordenadora Prof. Dra. Rosane Balsan

- Turismo no Parque Estadual do Jalapão: Identificação dos Usos e
Proposição de Medidas de Controle e Monitoramento coordenação
Prof. Dr. Lúcio Flavo Marini Adorno

2)- Laboratório de Estudos Geo-Territoriais-LEGET:

Coordenadora: Profa. Dra. Kelly Cristine Fernandes de Oliveira
Bessa

Descrição:

Área física: 56m²

Equipamentos disponíveis: 4 computadores completos (CPU,
monitor, kit multimídia, teclado e mouse, com estabilizador), em rede
Internet; 1 impressora A3, 1 impressora multifuncional, com scanner;
1 notebook e máquina fotográfica digital.

Equipamentos permanentes (1 mesa para reunião, com 6 cadeiras, 2
armário, 2 mesa para computador, com 2 cadeira giratória, 2
escrivaninha, com 2 cadeira giratória);

Projetos de pesquisa alocados:

- Agentes econômicos e reestruturação socioespacial no Tocantins:
proposições para a análise da natureza da rede urbana –
coordenação Profa. Dra. Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa.

- A rede urbana do Tocantins e a sua dinâmica: construção e
reconstrução de novas espacialidades – coordenação Profa. Dra.
Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa.

- As cidades do tempo ausente – coordenação Profa. Dra. Valéria
Cristina Pereira da Silva

3) – Laboratório de Geoprocessamento - LGeoPro:

Coordenador: Prof. M.Sc Emerson Figueiredo Leite

Descrição:

Área física: 52m²

Equipamentos disponíveis: 20 computadores completos conetados á rede Internet, 1 impressora A3, 1 impressora multifuncional, com scanner; 1 notebook.

Equipamentos permanentes; 20 mesas para computadores, 20 cadeiras giratórias, uma escrivaninha, um armário, datashow e tela para projeção.

Projetos de pesquisa alocados:

- Metodologias para monitoramento e mapeamento do meio físico (cobertura vegetal, uso da terra, geomorfologia, solos, etc.), utilizando técnicas de sensoriamento, especialmente os sensores dos satélites Landsat, Spot, Cbers, Ikonos, Quick Bird, Terra e Aqua.

4)- Laboratório de Estudos de Solos - LeSolos:

Coordenadora: Profa. Dra. Hayda Maria Alves Guimarães

Descrição:

Área física: 52m²

Equipamentos disponíveis:1 Estação Total (G5++) programas de internos, 2 teodolitos eletrônicos Modelo EDT05, 4 GPS Garmin – modelo Vista, um datashow, TV 42”. Equipamentos permanentes; 4 mesas, com 4 cadeiras, 4 armários, 30 cadeiras escolares, uma escrivaninha com cadeira giratória

Projetos de pesquisa alocados:

- A Universidade na Escola Família Agrícola Contribuindo com a Formação por Alternância : Praticando e Compreendendo com Sustentabilidade a Ciência do Solo do Cerrado – coordenadora: Profa. Dra. Hayda Maria Alves Guimarães

- Centro Educacional Ambiental : Nossos Solos, Nossas Vida.- coordenadora: Profa. Dra. Hayda Maria Alves Guimarães

5)- Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários - NURBA

Coordenador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

Descrição:

Área física: 52m²

Equipamentos disponíveis: 2 computadores completos, 1 notebook, 1 impressora HP, 2 estabilizadores.

Equipamentos permanentes: 1 mesa de reunião, 5 cadeiras sem encosto de braço, 13 carteiras, 3 escrivaninhas, 1 armário de aço com portas, 1 arquivo com quatro gavetas para pasta suspensa.

Projetos de pesquisa alocados:

- Acessibilidade ao Espaço Urbano: análise dos deslocamento das pessoas com mobilidade reduzidas em Uberlândia-MG e Palmas-TO – coordenador Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

- Canto de Pretos e Congos, uma nova possibilidade para ensinar geografia com o temário do território usado - coordenador Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

- O papel da mulher na compreensão sobre as políticas públicas no espaço urbano: o caso de Porto Nacional/TO - Prof. Dr. Roberto de Souza Santos

- Dinâmica da produção do espaço agrário e urbano do Tocantins: uma análise regional – coordenador: Prof. Dr. Roberto de Souza Santos
- O estudo do pensamento revolucionário no Conesul coordenação Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral
- Atlas da Terra do Tocantins: estrutura fundiária e grilagem das terras públicas – coordenador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

6)- Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD:

Coordenador: Prof. Dr. Valdir Aquino Zitzke

Descrição:

Área física: 52m²

Equipamentos disponíveis: 1 computador completo e uma impressora.

Equipamentos permanentes: uma mesa de reunião, 6 cadeiras, um armário.

Projetos de pesquisa alocados:

- O deslocamento compulsório das famílias atingidas pela UHE de Estreito na perspectiva das redes sociotécnicas – coordenador Prof. Dr. Valdir Aquino Zitzke.

- Estudo comparativo dos conflitos socioambientais decorrentes da implantação de projetos de grande escala duas regiões hidrográficas brasileiras: Uruguai e Tocantins-Araguaia - coordenador Prof. Dr. Valdir Aquino Zitzke.

ATENÇÃO: Todos os laboratórios e núcleos de pesquisa são exclusivo do curso de Geografia.

b)- Biblioteca

A biblioteca do Campus de Porto Nacional conta com um acervo atualizado de 14.499 volumes de livros, 60 dicionários e enciclopédias, 275 multimídias, e 146 coleções de periódicos distribuídos nas grandes áreas das Ciências Humanas (5.319 volumes); Ciências Sociais Aplicadas (1.216 volumes); Ciências Exatas e da Terra (1.673 volumes); Ciências Agrárias (298 volumes); Ciências Biológicas (1.832 volumes); Multidisciplinar (418 volumes); Engenharia/Tecnologia (92 volumes); Ciências da Saúde (163 volumes) e Lingüística, Letras e Artes (3.448 volumes). A biblioteca possui também, em sala especial o acervo do antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto com acervo de cerca de 20 mil volumes entre livros, coleções, revistas especializadas, separatas e outros periódicos sobre a história a cultura dos índios brasileiros e suas relações com a sociedade colonial e nacional atual publicadas por cronistas, naturalistas, colonizadores, etnólogos, antropólogos e historiadores editadas entre os séculos XVIII e XX. A Biblioteca conta também, com uma bibliotecária responsável; 7 técnicos administrativos e 4 estagiários. Dispõe de 5 escrivaninhas, 4 mesas para computador, 10 cadeiras, 15 computadores interligados em rede com acesso à Internet e com acesso a Portais de Periódicos, particularmente aquele mantido pela CAPES e 2 impressoras. Conta ainda com um ambiente reservado para estudos em grupo com mesa e capacidade para 20 pessoas, dispõe também de 10 mesas para uma pessoa e 8 cabines para estudos individuais. Tem o seguinte horário de funcionamento: das 8hs às 22:30hs de segunda à sexta-

feira e das 8hs às 12:00hs aos sábados.

Além deste acervo disponível em Porto Nacional, a UFT possui bibliotecas interligadas em rede e com sistema Commut, nos campi de Palmas (46.300 volumes); Araguaína (16.469 volumes, Miracema (13.500 volumes; Arraias (8.434 volumes); Tocantinópolis (8.666 volumes) e Gurupi (5.424 volumes) somando um total de mais de 133 mil volumes.

c)- Financiamentos Externos

Os projetos a seguir contam com financiamentos externos à IE:

- Avaliação e quantificação dos condicionantes antrópicos e físicos na infiltração e recarga de aquíferos de área do embasamento cristalino, Alto Rio das Velhas/MG – coordenador Prof. Dr. Fernando Moraes - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Auxílio Financeiro.

- Caracterização Física das Cavernas da Porção Centro-Sul do Estado do Tocantins – coordenador Prof. Dr. Fernando Moraes - CNPq - Bolsa Produtividade de Pesquisa

- Tecendo a Paz II - coordenador Prof. Dr. José Ramiro Lamadrid Marón - - Ministério da Educação - Auxílio Financeiro.

- Acessibilidade ao Espaço Urbano: análise dos deslocamento das pessoas com mobilidade reduzidas em Uberlândia-MG e Palmas-TO – coordenador Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira - CNPq - Auxílio Financeiro.

- Atlas da Terra do Tocantins: estrutura fundiária e grilagem das terras públicas – coordenador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira - CNPq - Auxilio Financeiro.

- A Universidade na Escola Família Agrícola Contribuindo com a Formação por Alternância: Praticando e Compreendendo com Sustentabilidade a Ciência do Solo do Cerrado – coordenadora: Profa. Dra. Hayda Maria Alves Guimarães - CNPq - Auxílio Financeiro.

Os projetos anteriormente indicados os projetos tem prazos médios de dois e mobilizam recursos financeiros no montante total de R\$390.000,00.

d) Informações adicionais:

Hoje o Campus Universitário de Porto Nacional tem em funcionamento quatro cursos de graduação: Geografia (Licenciatura e Bacharelado), História (Licenciatura), Letras (Português/Inglês) (Licenciatura) e Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado). No campus da UFT em Araguaína há também o curso de graduação em Geografia (licenciatura).

A UFT - Porto Nacional já possui também em funcionamento o mestrado em Ecologia de Ecótonos.

O curso graduação em Geografia em Porto Nacional foi criado pela Lei 4.505/1963, de 12/8/1963, sua autorização decorreu do Decreto 802/1999 de 12/11/1999 e seu reconhecimento derivou do ato CES 133/1999 de 23/9/1999.

O campus de Porto Nacional da UFT onde será instalado o Mestrado em Geografia possui os seguintes prédios: Bloco I – Didático com 14 salas de aula; Bloco II – Laboratórios e Núcleos de Pesquisa com 10 unidades, Bloco III – Didático com 14 salas de aula; Bloco IV – Laboratórios com 5 laboratórios; Bloco V – Laboratórios com 5 salas; Bloco VI – Planflor com 09 salas; Bloco das Coordenações com 18 salas; um Bloco da administração central com 10 salas; 2 anfiteatros, um prédio exclusivo da biblioteca e um laboratório de informática central dos alunos, com 90 máquinas ligadas à internet.

Estão em fase de acabamento um novo prédio que vai acolher 5 novos laboratórios e em fase inicial de construção outro prédio com 5 (cinco) salas que vai abrigar os núcleos de pesquisa existentes no campus.

O Curso de Mestrado em Geografia deverá funcionar inicialmente, com a seguinte estrutura:

- 1 sala para a Coordenação do Curso, com um terminal de telefonia e de computador ligado à Internet, 1 mesa e 2 cadeiras;
- 1 sala para os serviços de Secretaria, com um terminal de telefonia e um computador ligado à internet, 1 armário fechado, 1 mesa e 2 cadeiras;
- 1 sala de estudos para os alunos, com 5 terminais de computador ligados à internet, sendo que os alunos poderão fazer uso também do Laboratório de Informática - LABIN reservado à Graduação. Os alunos ainda terão acesso liberado ao sistema wireless para seus notebooks.
- 1 sala de aula com a disponibilidade de data-show, podendo ser utilizada no horário matutino e vespertino, exclusivamente para as atividades do Mestrado.
- 2 anfiteatros sendo um no campus do Jardim dos Ipês com 150 lugares e outro com 100 lugares no prédio da UFT Centro, ambos de uso comum.
- 4 laboratórios – Geoprocessamento-LGeoPro, Estudos de Solos - LSolos, Análises Geo-Ambientais-LGA e Estudos Geo-Territoriais-LGT.
- 2 núcleos de pesquisa: NURBA – Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários e NEMAD – Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

B.2) Programa consolidado: Universidade Federal de Goiás – programa em Pós-graduação em Geografia

- **Pesquisadores com vínculo empregatício com a UFG:**

Eguimar Felício Chaveiro

CPF: 302766241- 49

Doutor em Geografia Humana – USP

Cargo: Professor Associado

Função na equipe: pesquisador doutor

E-mail: eguimar@hotmail.com

Maria Geralda de Almeida

CPF: 118.778.986-00

Doutor em Geografia Cultural

Pós-doutorado – PARISIV., UNIVERSITÉ LAVAL E UNIVERSITÁ DI GENOVA e Univerdad de Barcelona

Cargo: Professora Titular

Coordenador do Núcleo de estudos e pesquisas sobre espacialidade culturais

Função na equipe: pesquisadora doutora

E-mail: mgdealmeida@gmail.com

Celene Cunha Monteiro A. Barreira

CPF:

Doutora em Geografia Humana – USP

Cargo: Professora Associada

Função na equipe: pesquisador doutor

E-mail: celene.barreira@uol.com.br

Manoel Calaça

CPF:

Doutor em Geografia Agrária – UNESP RIO CLARO

Cargo: Professor Titular

Função na equipe: pesquisador doutor

E-mail: manoelcalaca@yahoo.com.br

- **Pesquisadores de outras unidades da UFG e universidades que colaborarão com o projeto**

Anna Fani Alessandri Carlos

Livre-Docência (2000) em Geografia Humana pela USP

Cargo: Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Coordenadora do Grupo de Estudos sobre São Paulo (GESP), Coordenadora do Labor Edições e a Revista ALEFt no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR/DG/FFLCH/USP).

Marcelo Rodrigues Mendonça

CPF: 402.720.871-49

Doutor em Geografia - Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental - pela UNESP - Presidente Prudente/SP.

Cargo: Professor Adjunto 2 da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus Catalão

E-mail: mendoncaufg@gmail.com

Gilmar Mascarenhas

CPF: 718380077 -68

Doutor em Geografia Humana - USP

Cargo: Professor Adjunto - Instituto de Geografia - PPGeo (Prog. de Pós-graduação em Geografia)

Coordenador do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Políticas Territoriais

E-mail: gil.mascarenhas@terra.com.br

▪ **Outros participantes do projeto, vinculados aos grupos de pesquisas do programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG**

- Márcia Cristina Hizim Pelá – Doutoranda IESA/UFG (bolsista Capes)
- Wagner Alceu Dias – mestre e membro do laboratório de Geografia agrária
- Selvia Lima Carneiro – mestre e membro do LABOTER
- Lorraine Gomes – mestre e membro do LABOTER
- Gilmar Elias – mestrando – bolsista /capes – membro do LABOTER
- Wilson Lopes Neto – membro do LABOTER
- Janaina Mourão – membro do LABOTER
- Denis Castilho – Doutorando do IESA; membro do Laboter; EDITOR da revista Ateliê Geográfico
- Muryel Moraes Arantes – membro do LABOTER

C) Infra-Estrutura das Instituições Participantes

As instituições envolvidas com este projeto oferecerão para o seu desenvolvimento as instalações e equipamentos dos grupos de pesquisa e laboratórios envolvidos com a presente proposta, conforme quadro abaixo.

IESA/UFG

Laboratório de estudos e pesquisas em Geografia Agrária

LABOTER : Laboratório de Estudos e pesquisas em Dinâmicas territoriais

LAPIG: Laboratório de processamento de imagens e geoprocessamento

Laboratório de informática

Núcleo de Estudos do Território e do Turismo –

Além desses ambientes de trabalho e seus respectivos equipamentos, os programas oferecerão para o desenvolvimento desse projeto:

- salas de permanência dos alunos de Pós-Graduação (UFT, IESA/UFG)
- bibliotecas (todas as instituições)
- dependências de laboratórios de outros departamentos para apoio de atividades que se tornarem necessárias durante o desenvolvimento do projeto (todas as instituições).

A equipe da UFG disporá para a realização das missões de estudo (inclusive trabalho de campo nas cidades escolhidas): notebooks, máquinas fotográficas digitais, pendrives, gravadores e GPS.

Para a realização das Missões de Pesquisa e Docência, as Universidades oferecerão retroprojetores, TVs, aparelhos de vídeo e de DVD, e equipamentos de filmagem.

As condições para contatos telefônicos e via internet também serão oferecidas pelas instituições.

No que tange à infra-estrutura do curso da instituição não consolidada, vale destacar que, haverá necessidade de complementação da mesma, seja para a realização da pesquisa em si, seja para a interação entre as equipes. Tais demandas estão especificadas no item orçamento desta proposta.

III. OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos apresentam-se, neste projeto, organizados em dois conjuntos:

Os relativos à consolidação dos programas de pós-graduação e da rede de pesquisadores sobre **CIDADES, FRONTEIRAS E POPULAÇÃO TRADICIONAL: A CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS TOCANTINENSE E GOIANO**

- Desenvolver meios de comunicação e cooperação acadêmico-científica entre pesquisadores e as instituições, por meio de programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, grupos de estudos, trabalhos de campo, seminários, visando aprofundar o diálogo, atualizar e divulgar as pesquisas e trabalhos realizados sobre os assuntos de pertinência temática ao grupo.
- Promover a consolidação de programas de pós-graduação existente, ampliando a formação de doutores, pós-doutores e mestres, e proporcionando a construção de motes teóricos e metodológicos que sejam capazes de interpretar os conflitos e as possibilidades do território goiano e tocantinense

Promover a integração entre pesquisadores da UFG e UFT no intuito da formação de grupos de pesquisas inter- e/ou intra regional sobre **CIDADES, FRONTEIRAS E POPULAÇÃO TRADICIONAL: A CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS TOCANTINENSE E GOIANO**

- Os concernentes à realização da pesquisa conjunta visa adensar a reflexão teórica sobre as diferentes espacialidades da fronteira, incluindo o espaço agrário, urbano bem como os territórios da população tradicional

- Propiciar a realização de missões de estudo e de missões de pesquisa e docência, no país, de forma a se estabelecer interação entre pesquisadores e alunos que ofereça condições favoráveis ao amadurecimento e ao diálogo intelectual.

Promover articulações para a constituição de uma rede de pesquisadores
CIDADES, FRONTEIRAS E POPULAÇÃO TRADICIONAL: A CONSTRUÇÃO DA
ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS TOCANTINENSE E GOIANO

- Investigar na produção acadêmica existente materiais de interesse da geografia agrária
- Averiguar o modo como estão sendo investigadas as diferentes incidências de práticas socioculturais da população tradicional de Goiás e do Tocantins, averiguando modalidades de pressão, subordinação, fragmentação e/ou resistência desses grupos;
- Interpretar a cultura ecológica dos diferentes grupos que se posicionam como objeto de estudo dos programas em questão, averiguando como os saberes e a memória, especialmente dos povos indígenas, participam das construções dos territórios
- Refletir a importância estratégica e o lugar da população não desejada no espaço das três capitais da fronteira, Goiânia, Brasília e Palmas;
- Refletir a forma como o Estado e outros atores nacionais e internacionais apoderam-se do território da fronteira bem como a ação do campesinato diante dos modelos de agricultura comercial impostos;

V - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO CASADINHO

O trabalho será composto a partir da atitude de cooperação entre as duas instituições – e seus membros – e organizado de acordo com um conjunto de etapas articuladas e sequencializadas. Serão realizadas modalidades de círculos de envolvimento com pautas organizadas em que, inicialmente, serão levantadas as possibilidades de trabalhos compartilhados.

Sendo assim, a descoberta de afinidades de intenções entre os sujeitos, o modo de desenvolver as pautas de trabalho e atitudes, os rumos políticos, as direções dos acontecimentos, as suas diferentes apropriações, os sentidos latentes e os significados evidentes só podem se dar na trama de um fazer que fia o encontro. Todavia, serão realizadas reuniões de planejamento de execução das atividades a partir do alinhamento apresentado no projeto.

Essas reuniões não poderão se sintetizar apenas no legado institucional, ou seja, deverão também criar meios para que se possa dialogar sobre o balanço temático da geografia brasileira, especialmente o estado da arte da produção geográfica da fronteira, especificamente sobre o território goiano e tocantinense.

Serão eleitos textos básicos que fomentarão, a partir da leitura, de ambas as partes, um diálogo posterior. Esse diálogo será feito num grupo de estudo interno. Posteriormente, será feito um colóquio interno em que as pesquisas serão apresentadas. Neste colóquio, além do conhecimento da potência de aproximação entre as partes, desvendará também as experiências teóricas e metodológicas dos diferentes grupos. Isso permitirá desenvolver um mapeamento do que já foi feito.

A partir do primeiro colóquio será feito um segundo colóquio no mesmo ano. O primeiro será feito na cidade proponente; o segundo na cidade do programa consolidado. Este segundo colóquio terá como objetivo mais que conhecer as pesquisas feitas pelos diferentes sujeitos integrantes dos dois grupos, ar um direcionamento para se constituir uma linha de pesquisa que aglutine o conjunto de professores e seus respectivos temas.

Este momento será a oportunidade para se apresentar várias experiências da instituição consolidada na organização de eventos internacionais, elaboração de

grupos de estudos e laboratórios, assim como mostra de trabalhos feitos com Oficina de Imaginação, Trilhas Interpretativas, edificação de material audiovisual etc,

Junto isso será demonstrado o esforço que tem sido feito para construir uma abordagem territorial do Cerrado goiano, bem como uma leitura crítica dos povos tradicionais. Os estudos e as pesquisas que miram a estrutura territorial do Cerrado têm apontado uma síntese: o campo esvaziou-se de gente e encheu de bois e grãos; a cidade encheu-se de gente e se tornou desigual. Os vários trabalhos que desenvolvemos apontam que o espaço agrário no Cerrado sofreu profundas transformações.

Até 1960-70 o uso da terra predominante em Goiás e Mato Grosso era pela economia de subsistência e da pecuária extensiva com o amparo da cultura e dos saberes locais. De 1970-2005 as imensas lavouras monoculturas produtoras de grãos, algodão e cana-de-açúcar tomam conta do território. Por outro lado, houve também a expansão de assentamentos rurais destinados à agricultura camponesa, mostrando que a força do capital faz acender a ação do trabalho e da luta pela terra.

Inicialmente as superfícies levemente onduladas dos tabuleiros planos foram ocupadas por projetos patrocinados pelo PRODECER. Posteriormente, verificou-se a expansão da agroindústria juntamente com o plantio de eucaliptos. Em 2006, segundo o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN (2007), cerca de 142.000 ha de Cerrado que, até então, era marcado como área prioritária para conservação foi convertido em canaviais.

Fora os impactos e as mudanças que o processo gera na estrutura geral do território e no conteúdo do espaço agrário, ele implica na substituição da biodiversidade biológica pela agrobiodiversidade. Essa substituição decorre da compensação financeira nos lugares em que ocorre e garante uma espécie de reserva de lucro deixando as áreas tidas como inadequadas para o uso agrícola, como as serranas do norte e do nordeste goianos, como lugares de preservação.

A redução e simplificação da biodiversidade em decorrência das atividades agrícolas ocorrem em diferentes escalas. Isso diferencia os patamares de incorporação dos conhecimentos tecnológicos, tais como as técnicas de agricultura de precisão, equipamentos de plantio, manejo e colheitas de última

geração, produtos gerados pelas pesquisas genéticas na vida econômica do espaço agrário. E cria uma situação conflituosa e contraditória: os lugares dinamizados economicamente sofrem as reduções das espécies; os lugares que se mantêm mais preservados não possuem dinamismo econômico.

Além disso, a adoção de ciência, informação, trabalho calculado e preciso lança nos lugares novos tipos de conhecimento desvalorizando, em consequência, os saberes e as práticas tradicionais. As práticas camponesas perdem o seu lugar, juntamente com o seu sujeito: o camponês.

A força das commodities agrícolas comanda pelo agronegócio não apenas desarticula as práticas e as táticas de vida camponesas, mas cria níveis de desterritorialização total do sujeito. Sem lugar no campo não possui um lugar também nas cidades. Resulta disso uma proletarização que se estende espacialmente nos confins das periferias proletárias das metrópoles.

Mas o agronegócio, ao abarcar a produção de insumos, as novas técnicas, os saberes científicos, até o produto final, abarca um arco maior de funcionalidades. Atividades como armazenamento, processamento e distribuição de produtos são garantias de um monopólio de todo o processo. A logística espacial participa do aspecto diferenciador da renda obtida entre os atores sociais.

Todas essas considerações serão arroladas no diálogo compartilhado em forma de círculo de envolvimento, de maneira que pesquisadores, doutorandos, mestrados, alunos e alunas da graduação, colaboradores possam criticar, aperfeiçoar, levantar questões. E, assim, transformar a parceria num modo de contribuir com os lumes teóricos e metodológicos do programa em consolidação.

Contar-se-á com visitas em permutas em que professores e mestrados da instituição em consolidação vão até a Instituição consolidada para desenvolver reuniões de trabalho, fazer avaliação, reprogramar os trabalhos, conhecer os laboratórios, cursar disciplinas, participar de eventos; e em que os professores e orientados da instituição consolidada irão visitar os expedientes de trabalho da instituição não consolidada.

Serão feitos trabalhos de campo tanto em Goiás como em Tocantins especialmente para averiguar a estrutura, as condições e as situações territoriais das populações tradicionais versadas nos projetos de pesquisa. Esses trabalhos vão apresentar informações, promover oportunidades de levantamento de

questões, de reelaboração de rumos dos trabalhos, bem como oferecer novas plataformas temáticas a serem desenvolvidas.

Será montado um site que será alimentado, além dos projetos e de dados de sua pertinência, também de fotografias, de projetos de orientação de monografia que aparecerão no entorno dos projetos maiores. Da mesma maneira, será realizado um banco de dados que será disposto no site.

Serão elaborados pela instituição consolidada dois cursos de capacitação da leitura científica e do exercício de escrita acadêmica. A necessidade de se atualizar quanto aos novos dispositivos da leitura e da escrita envolvendo chaves como a idéia que ler é criar; ou ler é agir sobre outro texto num processo de intertextualização pode, sem dúvida, estimular o processo de afeição pela leitura além de criar meios para desburocratizar a escrita acadêmica.

VI. RESULTADOS ESPERADOS

Para a efetivação da parceria espera chegar aos seguintes resultados:

1 - Consolidação de um grupo de pesquisa sobre CIDADES, FRONTEIRAS E POPULAÇÃO TRADICIONAL: A CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS TOCANTINENSE E GOIANO

1) - O estímulo real à formação de práticas de trabalho especialmente a constituição de grupos de pesquisa nas universidades envolvidas que tenham como linha de pesquisa, temáticas que envolvam o estudo das fronteiras, do espaço agrário e urbano, da relação entre região e cidades planejadas, população tradicional

2 Desenvolvimento de metodologia de pesquisa CIDADES, FRONTEIRAS E POPULAÇÃO TRADICIONAL: A CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS TOCANTINENSE E GOIANO

3 A realização de um evento nacional sobre o território goiano e tocantinense no contexto da realidade brasileira e mundial;

4 A publicação de livros e artigos sobre a temática;

5 A formação de mestres, doutores e Pós-doutores nas IES envolvidas com a proposta.

6 Realização de seminário de pesquisa, colóquio e whorshops;

7 Ampliação das estruturas físicas e humanas dos laboratórios;

VII PLANOS DE ATIVIDADES

QUADRO 01

Atividades	1º semestre 2012	2º semestre 2012	1º semestre 2013	2º semestre 2013	1º semestre 2014	2º semestre 2014	1º semestre 2015	2º semestre 2015
Pesquisa bibliográfica	X	X						
Definição das matrizes metodológicas, planilhas etc.	X	X						
Organização do Banco de Dados		X	X					
Organização do Banco de Imagens		X	X					
Análise e caracterização do Banco de Imagens			X	X				
Tratamento estatístico e cartográfico das variáveis			X	X				
Realização de trabalhos de campo			X	X	X			
Redação de relatório de um ano de atividades			X		X		X	
Análise e caracterização do Banco de Dados				X	X	X		
Sistematização das leituras dos temas e processos				X	X	X		
Esforço de análise e síntese					X	X		

Workshops					X			
Reuniões coletivas das equipes locais		X	X	X	X	X		
Missões de docência		X	X	X	X	X	X	
Realização de seminário interno						X		
Realização de seminário externo							X	
Redação do relatório final								X

IX ORÇAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO

b) Orçamento Do Curso De Pós-Graduação Em Geografia Da Universidade Federal De Tocantins

QUADRO 02

BOLSAS PARA ESTUDO/PESQUISA				
Histórico	Descrição dos valores	Valores unitários	Subtotais	Total
Duas bolsas pós-doutoramento	10 meses	3.200,00	6.400,00	64.000,00
Quatro bolsas de mestrado	Durante 24 meses	1.200,00	4.800,00	115.200,00
Oito bolsas de iniciação científica	Durante 24 meses	350,00	2.800,00	67.200,00
				Totais 246.400,00

QUADRO 03

SEMINÁRIO TEMÁTICO					
Histórico	Descrição por unidades	Valores unitários	Subtotais	Total	
1 Seminário temático. De três dias de 15/08 a 17/08/2013	Duas passagens áreas para o palestrante.	No valor de R\$ 1.500,00 cada.	3.000,00	3.000,00	
	Três diárias para o palestrante.	No valor de R\$ 187,00 cada.	561,00	561,00	
	Um pró-labore para o palestrante	No valor de R\$ 2.000,00	2.000,00	2.000,00	
	5 diárias para os representantes e autoridades convocadas	No valor de R\$ 187,00 cada uma.	935,00	935,00	
	Três resmas de papel.	R\$ 25,00 cada uma.	75,00	75,00	
	Duas caixas de caneta.	R\$ 15,00	30,00	30,00	
	Duas caixas de lápis.	R\$ 10,00 cada uma.	20,00	20,00	
	150 pastas	R\$750,00	750,00	750,00	
	Serviços gráficos: cartazes, folderes..	R\$800,00	800,00	800,00	
	Caderno de resumo com 300 exemplares	R\$3.100,00	3.100,00	3.100,00	
				Totais 11.271,00	

QUADRO 04

MATERIAL PERMANENTE				
Histórico	Descrição por unidades	Valores unitários	Subtotais	Total
Armário/estante	Uma unidade	500	500,00	500,00
Bibliografia	Livros e revistas 20 unidades.	R\$ 80,00 cada uma.	1.600,00	1.600,00
Resma de papel	Cinco resmas	R\$ 25,00 cada uma	125,00	125,00
			Subtotais 2.225,00	
EQUIPAMENTOS				
Computador portátil	Uma unidade	3.500,00	3.500,00	3.500,00
Data show	Uma unidade	2.500,00	2.500,00	2.500,00
			Totais 8.225,00	

QUADRO 05

DIÁRIAS PARA VIAGENS DE CAMPO				
Diárias do professores	Descrição por unidades	Datas previstas	Valores por unidades	Subtotal
	20 diárias de professores doutores	As datas serão agendadas no decorrer do projeto em comum acordo com os professores da Universidade Federal de Goiás.	187	3.740
			Totais 3.740,00	

QUADRO 06

PUBLICAÇÃO DE LIVRO				
Descrição por unidades	Número de exemplares	Valor unitário	Números de paginas.	Subtotal.
1 Livro	300	20,00	150 aproximadamente	6.000,00
Totais				6.000,00

QUADRO 07

Combustível		
Descrição por unidades	Valor	Subtotal.
Combustível	8.000,00	8.000,00
Totais		8.000,00

QUADRO 08

VALOR TOTAL DOS CUSTOS FINANCEIRO DO PROJETO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-UFT DE PORTO NACIONAL R\$ 283.636,00
--

QUADRO 09

ORÇAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.				
Histórico	Quantidade	Valor unitário	Subtotal	Finalidade
Data show	1	600,00	600,00	Para uso nas teleconferências e Workshops e seminários.
Lâmpada de data show	4	100,00	400,00	Para uso e manutenção do data show.
Maquina fotográfica digital	1	3.000,00	3.000,00	Documentar vídeos e registrar dados em vídeos nos trabalhos de campo
Micro computador	1	3.500,00	3.500,00	Micro computador exclusivo base para o servidor do banco de dados
Micro computador	1	3.500,00	3.500,00	Os laboratórios aos quais os pesquisadores da equipe estão associados
Notebook	1	2.800,00	2.800,00	Para uso dos pesquisadores dos programas envolvidos no projeto
Impressora a laser	1	1.600,00	1.600,00	Para uso dos pesquisadores dos programas envolvidos no projeto
Equipamento para teleconferência		24.400,00	24.400,00	Para realização de teleconferências entre os membros de toda a equipe, UFG e USP ⁶

⁶ O equipamento de vídeo conferência, será, um instrumento importante para o Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia da UFG e, o curso de Mestrado em Geografia - UFT de Porto Nacional – TO, permitindo que outros grupos de pesquisa possam usufruir das mesmas benesses, especialmente, para a utilização das defesas de dissertações, podendo contar, com professores de várias outras instituições do país e do exterior. Detalhamento do equipamento: Sistema de Vídeo Conferência SET-TOP BOX Marca: Polycon Modelo: VSX5000; Conjunto com 2 Microfones de mão sem fio e receptor. Marca: Karsect Mod: kru302m; Mesa de som com 8 Canais. Marca: Alto Modelo: AMX-140; Microfone de mesa. Marca: TSI Modelo: MMF-102; Amplificador. Marca: Sony. Modelo: HT-DDW870; Televisor de 34 polegadas. Marca: Phiips.

Nobreak	2	800,00	1.600,00	Para uso dos pesquisadores dos programas envolvidos no projeto
Aquisição de livros, periódicos, anuários no período de vigência do projeto	A quantidade vai depender dos valores dos livros e periódicos	24.000,000	24.000,000	Organizar uma biblioteca setorial do Programa de Pós Graduação do IESA/UFG
Base de dados		2.000,00	2.000,00	Aquisição de bases de dados do IBGE, IDEMA, IPECE – tratamentos estatísticos especiais relativos às metrópoles estudadas
Passagens aéreas de ida e volta de Goiânia - São Paulo	2	300,00	600,00	Para traslado dos pesquisadores envolvidos no projeto
Passagens aéreas de ida e volta de Goiânia - Rio de Janeiro	2	450,00	900,00	Para traslado dos pesquisadores envolvidos no projeto
Passagem aérea ida e volta Rio de Janeiro - São Paulo	2	300,00	600,00	Para traslado dos pesquisadores envolvidos no projeto
Passagem aérea ida e volta Rio de Janeiro - Brasília	2	480,00	960,00	Para traslado dos pesquisadores envolvidos no projeto
Passagens aéreas de ida e volta São Paulo-Brasília	2	450,00	900,00	Para traslado dos pesquisadores envolvidos no projeto
Passagens aéreas de ida e volta Goiânia-	2	300,00	600,00	Para traslado dos pesquisadores envolvidos no

Modelo: 34PT8422/78; Microcomputador Desktop. Marca: Intel/AMD; Gravador de DVD de Mesa. Marca: Philips. Modelo: 3355/BK.

Brasília.				projeto
Combustível		5.000,00	5.000,00	Para trabalho de campo
Locação de carro		3.000,00	3.000,00	Para translado dos pesquisadores envolvidos no projeto
Diárias	30	187,00	5.610,00	Para translado dos pesquisadores envolvidos no projeto
TOTAL R\$ 85.570,00				

QUADRO 10

VALOR TOTAL DO PROJETO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFG – GOIÂNIA - R\$ 369.206,00